

## MÚLTIPLAS E MÓVEIS CARACTERIZAÇÕES: (RE)PENSANDO AS IDENTIDADES DAS BAIANAS E BAIANOS DE ACARAJÉ<sup>1</sup>

Milton Bernardes Junior<sup>2</sup>  
Universidade de Salamanca na Espanha

Recebido: 03/06/2017  
Aprovado: 15/06/2017

**Resumo:** No presente artigo analisou-se como determinadas identidades, práticas e representações foram construídas, significados e reinterpretados por diversos sujeitos envolvidos com o ofício de venda de acarajé em Salvador, Bahia. As distintas metodologias utilizadas (a comparação, em especial), junto com uma visão guiada em direção aos questionamentos das diretrizes de gênero, permitiram abordar o tema através das relações sociais e culturais, sobretudo movendo-se para além das perspectivas androcêntricas e biologizantes. Em certa medida, estas visões tradicionais ainda estão cristalizadas em muitos estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Práticas; Identidades; Gênero; Baianos e Baianas do Acarajé.

### **Abstract:**

In the present article, it was analyzed how certain identities, practices and representations were constructed, meaning and reinterpreted by several subjects involved with the sale of acarajé in Salvador, Bahia. The different methodologies used (the comparison, in particular), together with a guided view towards the questioning of the gender guidelines, allowed to approach the theme through social and cultural relations, above all moving beyond the androcentric and biological perspectives. This traditional views are still crystallized in many studies on the subject.

**Keywords:** Practices; Identities; Genre; *Baianas* and *Baianas do Acarajé*.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada com 20 baianas e 10 baianos do acarajé. As escolhas das entrevistadas(os) foram feitas de forma aleatória em diferentes pontos da cidade, incluindo diversos tipos de bairros, sendo áreas turísticas ou não, pontos considerados “centrais” ou “periféricos”.<sup>3</sup>A finalidade principal de nossa investigação consiste em analisar o ofício de determinadas mulheres e homens que trabalham na venda do acarajé na região de

<sup>1</sup> Esse artigo foi elaborado a partir de uma seção da minha tese de doutorado em Antropologia de Iberoamérica, defendida na Universidade de Salamanca, Espanha, em janeiro de 2016.

<sup>2</sup> E-mail: mbj2000es@yahoo.es.

<sup>3</sup> A última contabilização feita pela ABAM (Plataforma Oyá Digital) nos apresenta um universo de 5261 baianas e 250 baianos, representando uma relação 5/100. A seleção de vinte baianas para dez baianos procura satisfazer o critério metodológico de algumas comparações qualitativas e não simplesmente à quantificação.

Salvador. Tais mulheres, que comercializam o acarajé, são chamadas “baianas de acarajé”, sendo que suas heranças históricas provem das mulheres comerciantes de comidas e quitutes no período colonial e imperial. Já a presença do baiano de acarajé é algo mais recente e ao mesmo tempo crescente pelas cidades do país, principalmente em Salvador. Se, por um lado, esse ofício perdura até os nossos dias com alguns dos seus traços característicos, sustentando aspectos tradicionais e reproduzindo técnicas e receitas de base africana, por outro, vemos diversas modificações contemporâneas que ajudam a entender a composição da comida de santo como parte da culinária considerada tipicamente baiana.

Diante do nosso interesse em demonstrar as (re)invenções de tradições experimentadas ou os valores identitários e suas conexões com o gênero, tinha-se inicialmente como meta aplicar uma série de tipos de entrevistas tais como as “entrevistas projetivas”, as “entrevistas com grupos focais”, a “história de vida”, a “entrevista estruturada” e, por fim, as “entrevistas abertas e semi-estruturadas”.<sup>4</sup> No entanto, em função dos objetivos desta pesquisa e da sua viabilidade, resolveu-se aplicar como principal técnica metodológica as entrevistas estruturadas em torno de questionários. Embora se tenha consciência dos limites dessa metodologia, considera-se importante explorá-la ao máximo de forma a extrair alguns potenciais de análise para outras pesquisas comparativas. Mas vale lembrar que, apesar de serem o eixo principal da análise, complementou-se os dados das entrevistas com fontes bibliográficas, documentos imagéticos (fotos) e reportagens escritas e gravadas em vídeos disponíveis em repertórios virtuais.

Esses questionários foram aplicados em dias alternados e foram entrevistadas(os) as baianas e baianos que coordenam ou que são donas(os) dos tabuleiros.<sup>5</sup> Assim, através das entrevistas estruturas por meio dos questionários, procurou-se identificar os perfis móveis desses homens e mulheres, sua localização, “origem”, as opiniões sobre o ofício, a religião e a cultura, tradição, entre outros aspectos, visando identificar, analisar e interpretar a construção das

---

<sup>4</sup> BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. A prendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Tese**. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, jan./jul. 2005. p. 65-80.

<sup>5</sup> Esses instrumentos são mesas utilizadas pelas baianas e baianos de acarajé para o comércio das comidas e doces.

identidades assumidas ou atribuídas por esses homens e mulheres que trabalham como “baianas(os) do acarajé”. Ao se utilizar tais técnicas, tem-se em mente aplicar não somente métodos quantitativos, que permitisse visualizar melhor os dados, mas também métodos qualitativos, que valorizassem os significados das atitudes e discursos proferidos pelas baianas e baianos. Neste último caso, ao se contabilizar as informações e representá-las em tabulações e gráficos, não deixamos de aplicar uma metodologia baseada em orientações dedutivas e indutivas. Portanto, para cada gráfico de baianos e baianas constituído, fizemos considerações descritivas, mas, ultrapassando a descrição, procurou-se repensar os perfis sócio-antropológicos dos entrevistados(as), sem deixar de usar análises comparativas baseadas na perspectiva de gênero.

Levando isso em conta, portanto, esta pesquisa pretende expor não somente o universo das identidades religiosas das(os) entrevistadas(os), como também a maneira que esse aspecto se reproduz, se comporta no seu cotidiano, nas ruas da cidade de Salvador, sem deixar de se associar com outras modalidades de práticas e valores identitários, tais como a idade, localização geográfica, parentesco, interesses econômicos e institucionais, etc. Ou melhor, temos em mente analisar as diferentes denominações religiosas das(os) entrevistadas(os), suas visões sobre as tradições religiosas, situadas dentro e fora do Candomblé, sem negligenciar as múltiplas, dinâmicas e complexas identidades não necessariamente religiosas das baianas e baianos do acarajé. Os principais problemas que temos que responder neste texto é se, de qual maneira e as razões que fazem as diretrizes de gênero se inter-relacionarem com esses aspectos sócio-antropológicos.

Então, vejamos os dados coletados. O primeiro deles diz respeito à configuração etária das entrevistadas. Observem a Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1 – Idade das baianas entrevistadas**



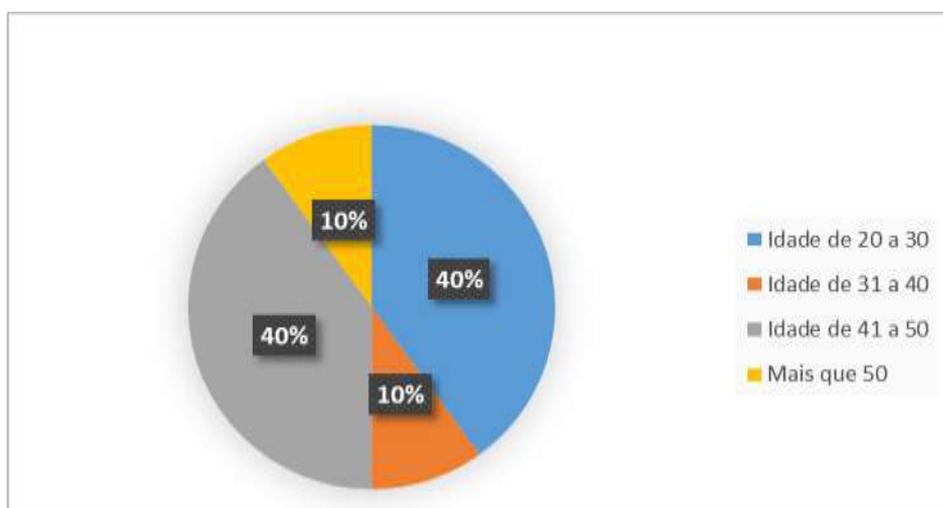
Até certo ponto, o ofício das baianas do acarajé é uma atividade considerada tradicional e repassada de avós e mães para as filhas. Verifica-se que, dentro da lógica da religião ou do comércio do produto, existe uma dinâmica de transmissão do ofício em termos de parentela. Mas os dados coletados nos mostram que o mercado do acarajé acaba abrangendo todas as faixas etárias, sendo marcante a presença das baianas mais velhas na comercialização do produto. Nesse sentido, se observarmos o gráfico, e levando em conta a projeção de um contingente existente entre as faixas de 30 a 50, praticamente concentrando 65% das baianas, podemos afirmar que essa configuração nessas faixas etárias está associada a alguns aspectos sociológicos mais gerais e contemporâneos.

O difícil acesso à educação, as condições financeiras e a proximidade com as gerações seguintes têm criado esse contingente de baianas que retiram o seu sustento com a venda do acarajé. O percentual de baianas entre os 20 e 30 anos (15%) traz um perfil de mulheres um pouco diferente. Elas alcançaram, de uma maneira ou de outra, um maior acesso à educação e possibilidades de profissionalização não somente em virtude de projetos pessoais e familiares, mas também em função das políticas e ações públicas destinadas a modificar a vida das famílias carentes. Tanto em dados qualitativos quanto quantitativos, nota-se um

decréscimo da taxa etária, pois esse aspecto pode estar relacionado à abertura de outros campos alternativos, sobretudo aos relacionados com o maior acesso a outras profissões, em virtude da formação educacional e do próprio mercado de trabalho ter criado muitas vagas no setor de serviços.

No universo dos baianos de acarajé, pode-se verificar que a questão da tradição não é algo preeminente admitido, pois o ofício das baianas de acarajé está localizado em um universo sociocultural marcado pela presença feminina. Ou seja, como essa herança funcional segue uma linha predominantemente matriarcal e matrilinear, a presença dos baianos no comércio de acarajé decorre de vários fatores, que destacaremos mais adiante. Embora não admitida de forma explícita, a tradição de venda de acarajé na família dos homens pode ter contribuído como uma forma de inserção do ofício, mas, conforme apontam os entrevistados, isso não foi a primeira opção, sendo praticamente assumido a motivação de inserção no ofício por motivos de “necessidade”. Isso tem um papel importante para se entender e visualizar as faixas etárias dos baianos de acarajé entrevistados.

**Tabela 1a – Idade dos baianos entrevistados**



Mesmo considerando as diferenças de proporcionalidade e as divergências do universo quantitativo de homens e mulheres, percebe-se um fenômeno inverso ao que ocorre com as baianas. A partir da análise do gráfico acima, verifica-se que a

concentração da faixa etária do ofício de baiano do acarajé é distinta das baianas. A maior concentração de homens se situam justamente na idade entre 20 a 30 anos (40%) e dos 41 a 50 anos (40%). No caso da faixa de 20 a 30 anos, onde há a maior divergência, percebe-se que há um número proporcionalmente maior de homens frente a um percentual bem mais reduzido no universo feminino. O que explicaria essa divergência? Por que há menos jovens mulheres do que jovens homens? Parte-se de algumas hipóteses e reflexões que ajudam a entender as diferenças entre 15% de mulheres e de 40% de homens. No Brasil, presencia-se uma maior visibilidade das mulheres na educação, principalmente no acesso à educação básica, à média e, sobretudo, à universidade. Tanto os esforços familiares quanto as políticas públicas direcionadas para um maior acesso à educação tem alterado os índices de escolaridade das mulheres. Isso acabou por criar, também, melhores acessos a trabalhos qualificados e novas oportunidades no mercado laboral. Segundo os dados levantados pelos(as) autores(as) Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi, Cristiano Miglioranza Mercado e Arlene Ricoldi:

A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. No caso da escolaridade, o acesso das mulheres ao ensino superior foi notável: em 2009, 59% dos concluintes no ensino superior eram do sexo feminino.<sup>6</sup>

O maior acesso das mulheres à educação ajuda a explicar a menor proporção de baianas do acarajé. No entanto, a maior escolaridade não é suficiente para se entender o caso dos homens. Em parte, diferente do que ocorre com as mulheres, é muito maior o número de homens que deixam o ensino fundamental no Brasil. Diversos dados nos informam que o perfil da evasão escolar é marcadamente masculino, ou seja, o tempo de estudo feminino é maior que o tempo de estudo masculino, o que tem propiciado uma melhor colocação da mulher no mercado de trabalho em termos de projeção relativa. Um fator interessante destacado por Maria Pinto de Carvalho<sup>7</sup> é a questão da mão de obra

---

<sup>6</sup> BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Cristiano M. Mercado; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 145.

<sup>7</sup> CARVALHO, Maria Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jun. 2003.

infantil que afetaria esses homens na conciliação do trabalho com a escola. Neste aspecto, curiosamente, a autora destaca que o trabalho infantil feminino é um trabalho relacionado com o universo da casa, possibilitando uma administração do tempo para ir à escola e voltar aos seus afazeres, mesmo levando em conta outros aspectos que limitam e oneram a vida feminina. Isso sugere que as atividades exógenas à casa dos grupos mais desfavorecidos têm contribuído para dificultar a permanência na escola de homens jovens. É claro que esse aspecto não necessariamente é motivo para o acesso a postos de comando ou de relativização das relações desiguais em termos de gênero. Embora não se possa generalizar para toda e qualquer experiência, talvez, a questão da evasão escolar pode ser uma variável importante a ser levada em consideração.

Relacionada à essa dicotomia entre o doméstico e não-doméstico, e sua relação com a escolaridade, é possível admitir que as diferenças de idade tenham a ver com outras questões relacionadas às expectativas baseadas no gênero. Um dos aspectos mais importantes sobre a questão da evasão escolar masculina é justamente começar a analisar o fracasso escolar e suas conexões com diretrizes de gênero, procurando entender a construção das masculinidades e feminilidades dentro da família e na própria escola. Diversos estudos sobre gênero e pedagogia têm demonstrado que a educação familiar e escolar, baseadas em preceitos dicotômicos, assimétricos e hierárquicos, contribuem para a permanência ou diminuição de jovens na escola. A depender das circunstâncias, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho externo, quanto as expectativas da mulher-dona de casa, quanto do homem-provedor, devem ter algo que ver com o acesso e permanência na escola: a cultura familiar, a cultura escolar e as políticas escolares governamentais, talvez, tenham algo a ver com a maneira como se ensina as distinções de gênero, contribuindo para variação de índices de escolaridade e futura inserção no mercado formal e informal. Mesmo sendo um contingente menor, as novas gerações ou faixas etárias demonstram mudanças qualitativas na maneira como as escolhas pessoais e familiares começam a se moldar a partir de demandas mercadológicas, alterando e redimensionando o que se entende e se pratica como ofício das baianas de acarajé. A presença dos homens no ofício e a redução de mulheres jovens no universo estaria contribuindo para a

masculinização do ofício? São aspectos que mereceriam um estudo futuro mais aprofundado com a finalidade de verificar as conexões e desconexões estabelecidas entre tradição e modernidade no comércio da cidade de Salvador.

Ainda dentro desse universo de jovens que trabalham no ofício, verifica-se que praticamente a maioria não chegou a completar o ensino fundamental. Entre os entrevistados, apenas um o completou. A falta de escolaridade e de profissionalização podem contribuir para que os jovens adentrem no mercado informal de Salvador, inclusive no próprio Ofício de baiano do acarajé. A outra faixa etária de concentração se encontra na idade de 41 a 50. Se somarmos com a faixa de mais de 50, obtém-se um índice de 50% dos homens que trabalham no ofício e estão acima da faixa dos 40 anos. A questão da escolaridade pode ser uma variável para justificar tanto a presença dos homens como das mulheres neste ofício. Podemos verificar em Carvalho<sup>8</sup> que as taxas de analfabetismo de pessoas com 40 anos ou mais atingem patamares mais elevados do que os jovens de 15 a 19 que possuíram um maior acesso à educação. A dificuldade de inserir tanto homens e mulheres com mais de 40 anos sem escolaridade no mercado de trabalho pode contribuir para a informalidade ou para o trabalho autônomo, principalmente em profissões menos qualificadas. Se considerarmos as justificativas dos homens para a escolha do ofício percebe-se algo significativo. Em sua maioria, admite-se que começou a trabalhar como baiano de acarajé em razão de necessidade de emprego e de obtenção de uma renda. Não se enfatiza a tradição matriarcal, matrilinear ou patriarcal ou patrilinear da religião do Candomblé.

Se, por um lado, se vê um aumento dos anos de estudo das mulheres e uma redução de mulheres jovens no ofício, por outro, pode-se identificar um aumento de homens jovens comercializando o acarajé. Há uma possibilidade que a redução do universo feminino, esteja relacionado à uma maior escolaridade das jovens. Essa maior escolaridade, poderia contribuir para a sua inserção no mercado laboral formal. Haveria uma possibilidade de estarmos assistindo à uma masculinização do ofício em decorrência da baixa escolaridade dos homens jovens e do aumento do tempo de escolaridade das mulheres jovens. Se essa hipótese for

---

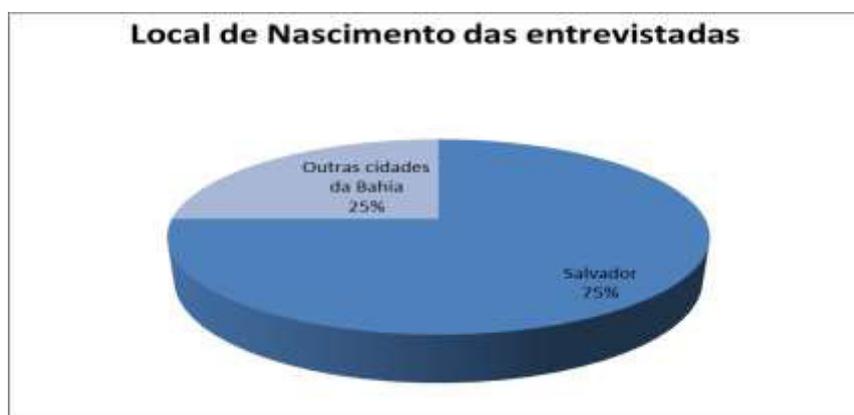
<sup>8</sup> Idem.

plausível, não seria forçoso dizer que a reprodução do ofício por via da tradição familiar estaria sofrendo um processo de descontinuidade da herança do ofício de mãe para filha.

As reflexões contidas nos parágrafos acima poderiam ser acompanhadas das seguintes problematizações: até que ponto o ofício das baianas do acarajé se perpetua através dos laços familiares e das relações com a religião afro-brasileira, principalmente o Candomblé? O ofício da baiana do acarajé deixa de ser transmitido do “mestre” para o “aprendiz” e elimina etapas na aprendizagem do ofício? Os cursos profissionalizantes das baianas e baianos do acarajé, patrocinadas por empresas financiadas pelo governo no sentido de assegurar as práticas e regras de higiene e manipulação dos alimentos, visando a segurança alimentar, tem eliminado essa herança de aprendizado parental, criando uma autonomia e desnecessidade da baiana e do baiano estar inserido em uma cultura ou tradições familiares?

Além dos aspectos etários, expostos na seção anterior, outros aspectos podem ser elencados para conhecer determinadas características das baianas e baianos entrevistados. O segundo elemento relevante que identificamos por meio de nossas entrevistas está diretamente ligado ao local de nascimento das baianas e baianos. Esses aspectos parecem-nos relevantes para se discutir os múltiplos pertencimentos geográfico-identitários dessas mulheres e homens. Vejamos os dados da Tabela 2:

**Tabela 2- Local de Nascimento das entrevistadas**



No que tange ao comércio e a venda do acarajé na cidade, diante do universo de informações pesquisadas, verifica-se que praticamente  $\frac{3}{4}$  das baianas são nascidas em Salvador. Em função dos problemas sociais e econômicos, especialmente os relacionados aos períodos de estiagem e do processo de urbanização mais intensa das últimas décadas, etc. a questão do deslocamento de mulheres do interior do Estado para a capital poderia ser um motivo que contribuiria para explicar o contingente de baianas na capital. Todavia, não se pode superestimar esse aspecto, estereotipando os processos de migração de contingentes humanos e seguindo a lógica centro-periferia, mesmo considerando que há na Bahia um contraste muito grande entre as cidades do interior, as cidades litorâneas e a capital, sendo está um polo quase irresistível de atração e oportunidades socioeconômicas, políticas, culturais etc. Pelo menos no que se refere ao universo das pesquisadas, outros fatores devem ser apontados, pois, para além da necessidade de sair do interior do Estado para a capital que afetou as últimas gerações, nota-se uma espécie de relativa consolidação espacial dessas mulheres, situando-as, em sua maioria, nas regiões soteropolitanas.

Obviamente, isso não significou necessariamente a existência de um conjunto de melhorias na vida desse contingente populacional, uma vez que foi dito por um certo nativo anônimo, um taxista, que, para conhecer a capital, ou seja, Salvador, seria necessário sair do “cartão postal” e adentrar nos bairros da periferia. Como boa parte das entrevistadas moram nos bairros mais pobres da capital, verifica-se que o ofício das baianas do acarajé não seria um ofício caracterizado pelo amplo deslocamento territorial dessas mulheres de sua cidade natal no sentido de uma melhoria a qualidade de vida. Tal ofício possibilita que as mulheres reproduzam o seu trabalho em sua própria cidade, não tendo a necessidade de deslocamentos amplos e custosos, embora existam discrepâncias entre as cidades brasileiras. O Brasil apresenta um quadro paradoxal que combina e descombina uma dimensão turística de exuberância, suposta ou efetiva, com profundas e marcantes desigualdades sociais. Em parte, como veremos depois, esse contraste ajuda a explicar o porquê parte considerável dessas mulheres vendem seus produtos justamente nas regiões mais movimentadas, em muitos casos justamente localizados diversos pontos turísticos das cidades.

Ou seja, sem dúvida, não se nega que se verifica com regularidade um deslocamento de pessoas do interior para a capital, principalmente nos períodos de estiagem e de seca, ou em busca de outras oportunidades, mas, no que tange as baianas do acarajé entrevistadas, pode-se notar que esse contingente de mulheres migradas não está presente de forma marcante no perfil das entrevistadas.

Algo semelhante ocorre com o caso dos baianos de acarajé, visto que praticamente 90% dos trabalhadores entrevistados são naturais da cidade de Salvador. Logo, a partir desses dados, pode-se induzir que a busca pelo ofício de baiano na capital da Bahia decorre dos próprios nativos da região, e não se verifica um deslocamento regional para a capital. Esses homens nasceram na região metropolitana e o seu ofício é um meio de subsistência na cidade onde se tem vivido há anos. Nota-se que:

Nos aglomerados metropolitanos, tem havido uma tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços urbanos mais nobres e pela ação do Estado – o que promove a regionalização econômica e facilita as economias de aglomeração.<sup>9</sup>

Em virtude do processo de industrialização fora dos grandes centros metropolitanos os contingentes migratórios deixam de ter como objetivo as principais capitais e acabam se localizando em regiões onde apresentam um crescimento industrial. Neste aspecto, tanto os homens e as mulheres que estão no ofício permanecem na metrópole e ali reproduzem a sua força de trabalho no ofício de baiano e de baiana de acarajé sem a interferência de fluxos migratórios muito marcantes.

Outro aspecto central para discutirmos os perfis dos homens e mulheres entrevistados diz respeito a um elemento tradicionalmente elencados para caracterizar as baianas e os baianos, isto é, as vinculações religiosas autoproclamadas, assumidas, ou atribuídas por e pelos próprios baianos e baianas do acarajé. As Tabelas 3 e 3a tratam exatamente disso:

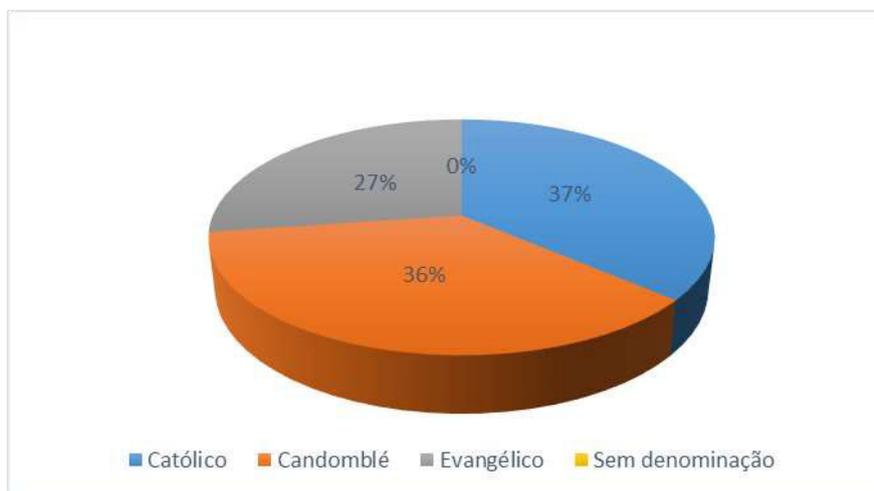
---

<sup>9</sup> BRITTO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out/dez. 2005. p. 52.

**Tabela 3- Religião das baianas entrevistadas<sup>10</sup>**



**Tabela 3ª - Religião dos baianos entrevistados**



Quando consideramos o comércio de acarajé é quase impossível não pensarmos *a priori* na sua associação com a religião, em geral, e com o Candomblé, em particular. Como se sabe, o acarajé, que é um prato da orixá Iansã, é geralmente correlacionado com os espaços, gestos, ritos e palavras do sagrado. Mas essa religião não está circunscrita somente aos espaços e dimensões simbólicas do Candomblé, pois, dependendo da configuração social, essa iguaria, além de ultrapassar os “terreiros”, também alcança as ruas e outros espaços, passando a

<sup>10</sup> A plataforma Oyá Digital pode informar as localizações das baianas e baianos através da denominação religiosa, mas não nos fornece dados numéricos. Analisando os mapas de localização por religião, podemos afirmar visualmente um maior número de baianas católicas, seguidas das religiões afro-brasileiras e por último as evangélicas. Lembrando que este universo da plataforma reflete apenas as baianas e baianos que se cadastraram nela.

pertencer a outros numerosos universos coletivos ou públicos não sacralizados ou interpretados por outros parâmetros religiosos não afinados com as perspectivas ou cosmologias religiosas das tradições afro-brasileiras.

Sem dúvida, quando o acarajé deixa contingencialmente o sagrado dos terreiros e passa a ser reproduzido nos outros espaços públicos, percebe-se que fica difícil precisar as distinções e separações entre o sagrado e o profano nos locais onde as baianas e baianos comercializam o acarajé. Embora não consideramos que haja uma sacralização total e absoluta dos espaços, gestos, ritos e palavras nas performances comerciais, é inegável que as baianas e baianos ligados direta ou indiretamente ao Candomblé criam frequentemente neste espaço “público” um espaço “privado”, ou seja, há relações conjunturais com a dimensão religiosa.

Claro que é também nos espaços ditos “comerciais” que as baianas e baianos reproduzem seus rituais de oferenda aos orixás. Muitas mulheres e homens do Candomblé praticam essas ofertas antes de irem para o trabalho, e vemos que muitos desses rituais se fazem presentes especialmente no momento da montagem do tabuleiro.

Mas será que as baianas e baianos envolvidos com a venda de acarajé estão *sempre* associadas à religião e ao Candomblé? Nas tabelas acima, pode-se ter uma visão mais complexa da divisão da religião das baianas e baianos entrevistados. Verifica-se que a presença das baianas de acarajé que professam *abertamente* a religião do Candomblé é pequena, contabilizando cerca de 5%. De fato, isso não significa que no universo de baianas de acarajé “católicas” não existam praticantes do Candomblé, visto que, durante as entrevistas, notou-se que a pergunta sobre a religião criou um certa desconfiança e deslocamento do sujeito identitário. No caso dos baianos do acarajé, os percentuais são mais elevados. Até certo ponto, isso pode esclarecer melhor sobre os motivos que explicariam a presença do homem no ofício. Eles podem estar relacionados também às questões religiosas e não apenas como algo decorrente da falta de profissionalização e escolaridade. Se o ofício é considerado uma atividade transmitida de mãe para filha, o mesmo movimento pode ter ocorrido no caso dos filhos de baiana de acarajé. Isso confirma a plausibilidade da existência de uma espécie de hereditariedade do ofício como

justificativa familiar assumidas pelos baianos envolvidos com o comércio, mas isso não necessariamente estaria ligado ao campo religioso de Candomblé como legitimação subjetiva.

Algumas baianas se autodeclararam “católicas”, mas, no decorrer da pesquisa, à medida que se sentiram mais confortáveis e a vontade com o entrevistador, passaram a admitir que pertenciam também ao candomblé (5%).<sup>11</sup> É possível que esse certo desconforto em se autodenominarem como seguidoras de uma religião afro-brasileira ainda seja vestígios dos estigmas, estereótipos e discriminações sofridas pelos candomblés. De qualquer forma, percebe-se que, no universo das católicas ou do Candomblé, um forte sincretismo religioso é um resultado de um processo histórico de assimilações mútuas e, paradoxalmente, de restrições e proibições das manifestações religiosas que não fossem o catolicismo, especialmente as derivadas de religiões e religiosidades afro-brasileiras, a despeito das práticas e discursos políticos de tolerância religiosa das últimas décadas. Contudo, no contingente masculino, verifica-se um universo religioso mais “equilibrado” em termos de diferenças religiosas. Entre os entrevistados baianos, praticamente 1/3 pertencem ao catolicismo, ao candomblé e a religião evangélica. Em função da maior vinculação das mulheres no ofício em virtude de traços tradicionais e religiosos, os homens podem estar desvinculados da obrigatoriedade de seguir determinados padrões e modelos na reprodução do seu trabalho. Os homens ao estarem inseridos em um ofício justificado na religiosidade são apresentados como um fato contraditório em um universo religioso que localiza e legitima as mulheres neste ofício. As representações religiosas construídas dentro do ofício e, que de certo modo, estão direcionadas para a figura feminina, acaba criando uma situação inédita que leva a refletir sobre os homens das religiões afro-brasileiras no ofício por motivos de obrigação religiosa.

Se o ofício sempre foi considerado pertencente às filhas de santos e que somente essas filhas teriam obrigações com os seus orixás, a presença do filho de santo neste universo feminizado, além de criar uma resistência de sua presença por motivos religiosos, acabam sinalizando para a necessidade, dentro da esfera

---

<sup>11</sup> No mapa sobre as baianas de acarajé das religiões afro-brasileiras, os universos de baianas cadastradas, em sua visualização, apontam para um percentual maior que as evangélicas.

religiosa, de um espaço construído para a legitimação de sua presença religiosa no ofício. Este espaço por construir, torna a atuação dos homens no ofício como algo mais móvel, desonerando muitas vezes de sua obrigação, diferentemente das obrigações religiosas das mulheres estudadas. Inclusive, um dos baianos em sua entrevista disse que gostaria de acrescentar na massa de carajé um tempero pronto para acentuar o sabor. As questões da tradição, religiosidade e das normas para as práticas e feitura do acarajé acabam se tornando mais móveis neste universo masculino em decorrência, até mesmo, de outra identidade construída desses baianos dentro de suas religiões ou das instituições responsáveis pela preservação do ofício.

Indubitavelmente, percebe-se os movimentos de afirmação da “africanidade”, presentes nas músicas, programas de TV, revistas, jornais, artes, costumes, festas, manifestações religiosas afro-brasileiras, na culinária sagrada ou profana etc. Tudo isso também ajuda a construir uma nova interpretação dos sujeitos e seu lugar no mundo social, mas, apesar disso, há outras denominações religiosas que adentram o comércio de acarajé. Assim, juntamente com o número de baianas que se definem “sem religião” (o que pode indicar vestígios de secularização do ofício), o número de baianas evangélicas é um fenômeno que vem aumentando a cada ano e está cada vez mais presente no cotidiano de Salvador. Na nossa pesquisa, 25% das entrevistadas se identificaram como “evangélicas” e 15% se autoproclamaram “sem religião”. Isso pode ser constatado como um processo mais geral em termos sócio-antropológicos e históricos. Segundo Alexandre Brasil Fonseca:

Ultimamente fala-se muito do crescimento evangélico. Pastores e bispos não poupam nas cifras e afirmam serem responsáveis pelo grupo religioso que mais cresce [...]. Uma análise do resultado dos dados dos últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não confirmam essa postura. O crescimento dos **evangélicos** se deve a ação dos pentecostais que aumentaram 114% na última década, mas mesmo com esse desempenho bem superior ao crescimento populacional não é esse o grupo religioso que mais cresceu. Curiosamente em meio a todo o "reencantamento" experimentado nos últimos anos o censo indica que o número de pessoas que se definem

como "**sem religião**" cresceu de dois (1980) para quase sete milhões (1991), o que significa um aumento de 250%.<sup>12</sup>

Pelos dados apresentados acima, pode-se dizer que a comercialização do acarajé em Salvador está passando por um processo complexo de deslocamento sócio-religioso. Ou melhor, há uma espécie de relativa descontinuidade na associação entre a religião afro-brasileira e o ofício da baiana e do baiano do acarajé. Sem dúvida, verifica-se que, no inconsciente coletivo, a figura da baiana é interpretada como uma figura feminina necessariamente simpática, praticante ou integrante ativa das religiões afro-brasileiras, mais especificamente o Candomblé. No caso da presença dos homens, essa figura ainda é vista com certa surpresa em virtude do ofício ser considerado feminino. Em alguns casos, isso aparece revestido de críticas por estarem localizados no interior de um espaço pertencente às mulheres. Durante as entrevistas, alguns dos baianos informaram que muitas vezes as pessoas chegaram a perguntar sobre a sexualidade deles, inclusive, sendo mais diretos em perguntar se eram homossexuais. No senso comum, a associação entre homens e o candomblé por vezes seguem um caminho estereotipado, já que, a despeito de suas identidades sexuais, são vistos a partir de uma perspectiva heteronormativa. Ou seja, enquanto as mulheres não são vistas como homossexuais por estarem associadas aos cultos afro-brasileiros, a aproximação masculina a esse universo religioso tem sido constituída por meio de diretrizes assimétricas e hierárquicas. A deslegitimação significaria uma quase desvirilização ou feminização.<sup>13</sup> Por estar de uma certa forma marcado ou associado culturalmente pela presença feminina e ao Candomblé, o ofício acaba impondo alguns preconceitos sobre a presença masculina. Como fica claro nas tabelas 3 e 3a, dentro do universo feminino, os dados coletados revelam um espaço diferente da visão do senso comum sobre as baianas. De um lado, temos um grande percentual de baianas autodenominadas "católicas" (55%) e, dentro deste contingente, explícita ou explicitamente, um sincretismo religioso com o Candomblé. Por outro

---

<sup>12</sup> FONSECA, Alexandre Brasil. Nova Era evangélica, Confissão Positiva e o crescimento dos sem-religião. **Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 63-90, 2000. p. 80. Grifos nossos.

<sup>13</sup> BIRMAN, Patrícia. Relações de Gênero, Possessão e Sexualidade. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.1. n. 2. 1991.

lado, como dissemos antes, constatamos um universo de 25% de baianas que se declaram “evangélicas” e 15% “sem religião”.

De um ponto de vista metodológico, é um ponto crucial justamente verificar como essas baianas veem o universo do comércio do acarajé e de que forma elas ressignificaram o produto em seu cotidiano e dentro de suas práticas religiosas, pois, embora o produto seja decorrente dos rituais do Candomblé, fazendo parte tradicionalmente das oferendas aos orixás, ele não possui sentidos fixos, uma vez que ele não é em um só tempo alimento e comida.<sup>14</sup>

Conforme verificamos nas entrevistas, não é somente o universo de baianas do Candomblé que está situada a problematização da relação com o sagrado e a religião. No universo sócio-religioso, além das baianas do candomblé, encontramos outras categorias sócio-religiosas das quais podemos citar as mulheres autodenominadas “evangélicas”, “católicas” e “sem religiões”. Elas parecem se relacionar diversamente com os aspectos religiosos, ora negando, relativizando ou mesmo ressignificando sua relação com a religião. Neste caso, por exemplo, como veremos posteriormente, entre as entrevistadas, havia algumas que usavam ou não o traje típico, embora este fosse às vezes considerado fundamental em termos de propaganda turística e do ofício, não sendo este um empecilho cultural para as que não se autodenominam pertencentes ao Candomblé.

A partir do que temos constatado na pesquisa até agora feita, os dados nos levam a novas problematizações que merecem ser repensadas: Quais as ressignificações foram dadas à comercialização do acarajé? Até que ponto podemos dizer, na contemporaneidade, que o comércio do acarajé é resultado de uma herança e de uma prática passada de avó/mãe para filha? Este ofício traz consigo toda uma carga estritamente religiosa do Candomblé? Sem dúvida, o ofício das baianas e baianos, a produção e o comércio de acarajé não são novos, pois surgiram basicamente no Brasil-Colônia e no Brasil-Império, e estavam associados ao(s) candomblé(s). A presença marcante das mulheres que tradicionalmente usavam as indumentárias que as identificavam com o candomblé se refletem até

---

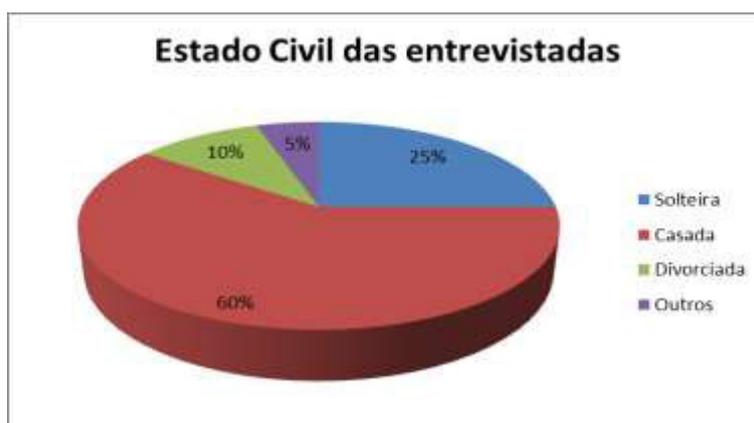
<sup>14</sup> Embora reconheçamos seus usos e interações, entendemos o “alimento” como parte das necessidades de sobrevivência. Já a comida é o resultado da transformação do alimento em produto sociocultural e histórico.

hoje no próprio traje da baiana, na utilização do torço, na maneira como as baianas se consideram filhas de santo e nos seus pertencimentos e obrigações religiosas.<sup>15</sup>

Então, em se tratando da pluralidade das identidades assumidas e atribuídas pelas baianas e baianos, o universo pesquisado nos mostra cortes sócio-antropológicos muito mais complexos que possui um impacto da manutenção, legitimação e mudanças do ofício das baianas do acarajé. Eles precisam ser melhor analisados.

Seguindo essa pauta, outro aspecto relevante a ser destacado é o que se refere ao estado civil desses homens e mulheres. Neste ponto, há algumas aproximações e semelhanças entre homens e mulheres, mas também há alguns distanciamentos e divergências comparativas. Na Tabela 4 e 4a, isso fica evidente:

**Tabela 4 – Estado Civil**



Sem dúvida, como já salientamos exaustivamente, o ofício da baiana do acarajé é um ofício praticamente pertencente ao universo feminino, embora haja uma parcela menor de homens que trabalham com esse ofício. Além da diversidade de idade, locais de nascimento e denominação religiosa, há outro tipo de fratura no universo feminino e masculino do ofício de baianas e baianos do acarajé. Como fica claro na tabela acima, verifica-se a presença marcante de mulheres casadas (60%), seguida por mulheres solteiras (25%) e divorciadas (10%) que trabalham com o comércio do acarajé. Como não tivemos acesso a documentos que atestam os

<sup>15</sup> IPHAN- Instituto Patrimônio Artístico Nacional. **O ofício das Baianas de Acarajé**. Dossiê IPHAN 6. Brasília: IPHAN, 2007.

referidos estados civis, considera-se as auto-declarações importantes do ponto de vista da análise qualitativa, pois, sendo ou não reais, as indicações apontam para como essas mulheres subjetivamente denominavam seu status social. Embora o ofício de acarajé seja um recurso socioeconômico importante para solteiras e divorciadas, o contingente mais predominante entre as entrevistadas é o número marcante de casadas. Estas vão contribuir de forma fundamental no planejamento e sustento familiares, envolvendo não somente os maridos como também eventuais filhos no preparo da comida até o transporte, montagem do tabuleiro e de sua comercialização.

Ou melhor, no universo das baianas casadas, geralmente os parentes participam do processo de elaboração, sendo que a renda da venda do acarajé pelas mulheres casadas torna-se um elemento importante do sustento do lar e da família. Por meio desse ofício, é perceptível uma relativa criação de uma autonomia ou independência dessas mulheres dentro do universo familiar. Até certo ponto, isso confirma os dados históricos sobre a relativa e diferenciada autonomia financeira dessas mulheres em virtude do ofício do acarajé. Mas autonomia financeira não necessariamente significa aquisição de relações de poder simétrica e horizontal entre homens e mulheres no interior do âmbito familiar. Os dados coletados ainda não nos permitem saber se há diferenças de identidades e autonomia subjetiva entre as casadas, divorciadas e solteiras, em especial diante da presença ou não das figuras masculinas. Não sabemos se essa fratura do estado civil feminino redundará em maior ou menor conquista, manutenção e legitimação de autoridade feminina. E quanto aos baianos do acarajé? Vejamos a tabela 4a:

**Tabela 4a – Estado Civil**



O mesmo percentual de homens casados (60%) está associado ao ofício do acarajé, seguido por um contingente de 40% de solteiros. Diferente do universo mais fraturado de mulheres (casadas, solteiras, divorciadas e sem autoidentificação), os baianos entrevistados apresentam um contingente mais dicotômico formado somente por solteiros e casados. É clara a interseção idade e estado civil: o universo masculino de nossa análise encontra-se vinculado a presença do homens jovens e ainda solteiros e homens mais velhos e casados. Para os casados, sobretudo os que possuem filhos, a venda do acarajé é uma via importante e, por vezes, complementar para aqueles que estão situados à margem do mercado formal de trabalho, seja como principal atividade ou como etapa intermediária entre a aquisição de postos assalariados. Entre os homens mais jovens não houve declaração da presença de filhos ou de desejo de constituir família nuclear, mas, tal como ocorre com os casados, que se veem como provedores e sustentáculos econômicos de seus familiares, os solteiros veem o ofício como uma possibilidade de renda.

Mas haveria diferenças de gênero entre baianos e baianas de acarajé entrevistadas em termos de estado civil. Se considerarmos o estado civil como um conjunto de práticas e valores direcionados às relações matrimoniais e conjugais formais ou informais, é pertinente dizer que há pelo menos um aspecto que diferencia homens e mulheres. Apesar das aproximações e aspectos comuns, o universo feminino nos parece mais fraturado que o masculino. Dicotômico para os homens e tricotômico para as mulheres. O que ajuda a explicar essa diferença? Em termos identitários, a maior parte das mulheres entrevistadas declarou marcadamente sua vinculação com a dimensão do matrimônio a partir da presença ou ausência de maridos (casadas e divorciadas), totalizando 70% do total. No entanto, embora o contingente masculino seja proporcionalmente menor, nenhum dele se declarou divorciado. O matrimônio seria um componente identitário para as mulheres mais do que para os homens estudados? Por enquanto, o que temos são somente conjecturais. Por exemplo, em um documentário realizado pela Fundação Palmares em 14 de janeiro de 2005, em um vídeo intitulado “Axé do Acarajé”, a baiana Tânia Barbara Nary assim se auto-representava

identitariamente quando se refere ao tabuleiro como metáfora do ofício que a sustenta:

Além de ser um tabuleiro de acarajé [sic], eu me preocupo também com minha cultura, com minhas raízes, entendeu!? Eu quero ter história mais tarde a contar pros [sic] meus filhos, meus netos, bisnetos e, com fé em Deus, eu vou chegar até lá (risos). **É a minha identidade, entendeu?! Eu tenho um registro de batismo que é Tania Barbara Nery. E minha outra identidade é o meu tabuleiro, por que esse aqui é o meu marido, entendeu?! Esse aqui é o que me dá o sustento, a mim e a meus dois filhos, entendeu!?** Então, ele é minha outra identidade. A mais original, até! (risos).<sup>16</sup>

Como fica claro na transcrição acima, além da referência ao desejo à memória histórica do ofício e à continuidade dela para futuras gerações, o tabuleiro é representado por Tânia Barbara Nery como parte da sua dupla identidade. Ela possuiria não somente o registro oficial e civil, como também um outro registro extraoficial e associado ao seu próprio instrumento de trabalho: o tabuleiro. Para ela, este seria sua “outra identidade”, seria o seu “marido” e o sustento de sua família formada por ela e dois filhos. Como se vê, pelo menos para o discurso dessa baiana (que não sabemos se é solteira, divorciada ou viúva), mesmo quando a figura masculina está ausente efetivamente na vida dessas mulheres o imaginário identitário pauta-se em um referencial matrimonial e heteronormativo igualmente fundamentando em um ideal que associa os homens e o masculino ao papel de sustentáculo material da família. Curiosamente, portanto, mesmo na ausência de um provedor real, haveria outro provedor simbólico que seria o tabuleiro.

Os perfis das baianas e baianos do acarajé também podem ser caracterizados por outros dados complementares ao estado civil. As Tabelas 5 e 5a e as Tabelas 6 e 6a sintetizam respectivamente a quantidades de filhos e os locais de moradia das entrevistadas e entrevistados. Vejamos:

---

<sup>16</sup> **AXÉ do acarajé.** Documentário. 2005 Fundação Palmares. Disponível em: <[http://www.dailymotion.com/video/x83gqy\\_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/x83gqy_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos_shortfilms)>. Acesso em: jun. 2015. Acesso em: set. 2015. Grifos nossos.

**Tabela 5- Filhos**



A necessidade de sustento familiar pode ser confirmada com outros dados. Até certo ponto, apesar de muitas mulheres não saírem da tênue e instável linha da pobreza, o ofício de acarajé parece ser uma das atividades financeiras que sustentam ou ajudam a sustentar uma parentela relativamente numerosa para muitos padrões contemporâneos idealizados ou efetivos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE,<sup>17</sup> a taxa de fecundidade no Brasil em 2010 chega a 1,86 filhos por mulher sendo que no ano 2000 era de 2,38. Em nosso universo pesquisado, nota-se que isso se reflete em 55% das baianas, embora exista um contingente que está acima da taxa oficial de natalidade, tratando-se de famílias relativamente numerosas e extensas, justamente aquela parentela que, por vezes, vai ajudar comumente na feitura do acarajé.

É claro que isso tem um impacto na constituição do orçamento do núcleo parental. Por isso, não é forçoso dizer que, no universo das mulheres pesquisadas com mais de dois filhos, elas utilizam o ofício de baianas e a venda de acarajé para suprir as necessidades socioeconômicas como um todo. Dentro do orçamento familiar, portanto, o acarajé, para essas mulheres, em numerosas ocasiões, é muito mais um meio de sustento do que somente a reprodução de uma tradição estritamente familiar e religiosa ligadas às religiões afro-brasileiras. Não negamos o peso e validade que isso tem nas vidas dessas mulheres, mas não podemos negar que os projetos, expectativas, práticas e valores sociais e culturais estejam

<sup>17</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/com-menos-filhos.html>>. Acesso em: jun. 2013.

coadunados com pautas e motivações inseparavelmente mercadológicas e “profissionais”.

**Vejamos os dados qualitativos dos baianos sobre o quesito filhos:**

**Tabela 5a- Filhos**



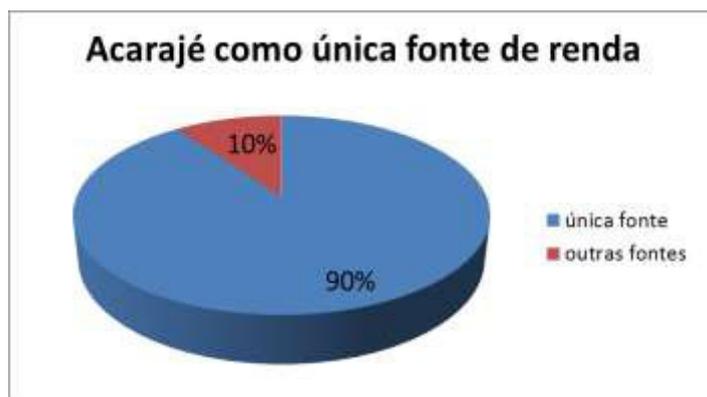
A tabela 5a demonstra a taxa de filiação dos baianos de acarajé. Tal como ocorre com as mulheres, a despeito das campanhas e incorporação de valores relacionados ao controle de natalidade, a presença de famílias numerosas é evidente. Inclusive entre os baianos com mais de 30 anos, praticamente 80% deles possui mais de 03 filhos, ficando muito acima da média estabelecida pelo IBGE<sup>18</sup> que é de 1,86 por mulher. Dos baianos entrevistados com menos de 30 anos, nenhum declarou ter filhos. São vários os fatores que podem justificar a presença da família numerosa dos baianos em contrapartida das baianas do acarajé. Um dos elementos que podem justificar essa disparidade pode estar relacionado à própria inserção das mulheres no mercado de trabalho, um maior acesso à educação e à informação sobre métodos contraceptivos. A alta taxa de filiação dos baianos também pode estar associada à condição social, baixa renda e escolaridade e por pertencerem a uma geração onde os meios de prevenção contraceptivo não eram estendidos a todas as camadas da sociedade e as taxas de analfabetismo e escolaridade eram baixas. Podemos induzir que a falta de recursos, educação e informação contribuíram para esses percentuais juntamente com a visão cultural

<sup>18</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/com-menos-filhos.html>>. Acesso em: jun. 2013.

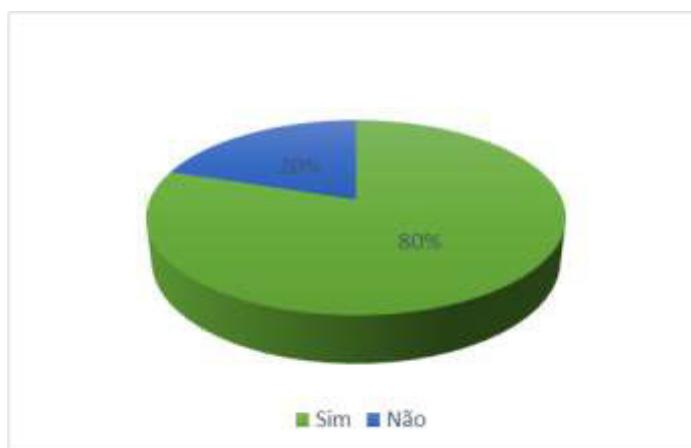
do masculino (“homem visto como macho” provedor) e a quantidade de filhos como prova desta masculinidade.

Se levarmos em conta o comércio de acarajé e o sustento individual e familiar, temos outros aspectos interessantes a serem destacados. Vejamos a Tabela 8 e 8a:

**Tabela 08a – Venda de Acarajé como único meio de sustento (Mulheres)**



**Tabela 08a – Venda de Acarajé como único meio de sustento (Homens)**



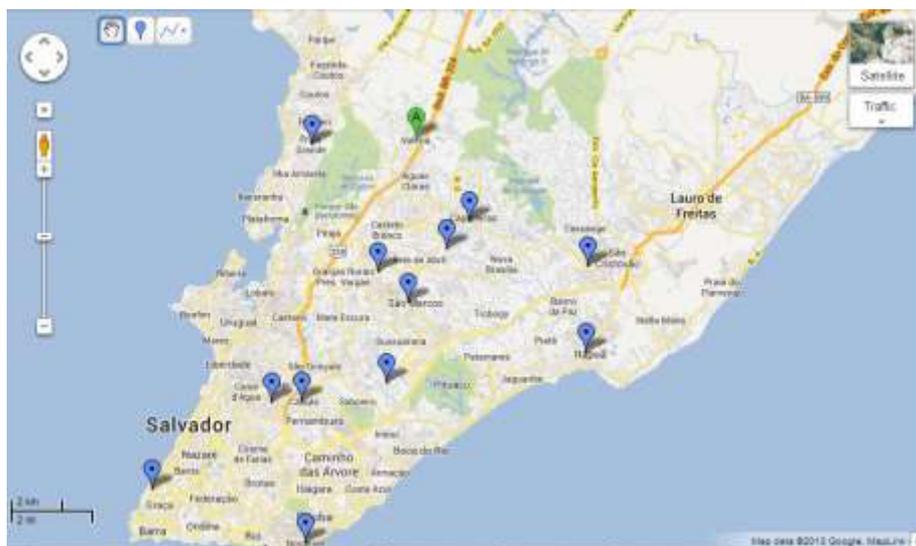
Como podemos ver nos gráficos acima, a venda do acarajé é praticamente o único meio de subsistência das(os) entrevistadas(os). Pelo menos foi isso que constatamos na pesquisa, pois as cifras de 90% das mulheres e 80% dos homens corroboram com essa hipótese descritiva. Somente uma pequena parcela, cerca de 10% de mulheres e 20% de homens, não tem o comércio de acarajé como única fonte de renda. Ao que tudo indica, o comércio do acarajé acaba sustentando e

reproduzindo as necessidades e meios de sobrevivência desse grupo. Ou melhor, o comércio de acarajé praticamente é o que vai dar sustentáculo econômico na vida das baianas e baianos e de seus familiares. Talvez, por essa razão, vemos que a importância econômica em sua comercialização é também um ponto demarcatório do ofício, já que isso decorre da baixa escolaridade das baianas e baianos entrevistados e do número de membros pertencentes às famílias relativamente numerosas.

Embora o ofício tenha surgido a partir do Brasil-Colônia entre as “escravas de ganho” ou mulheres libertas para sustendo dos seus senhores ou do lar, sobretudo em diversos núcleos urbanos, depois de séculos e de muitas mudanças históricas, esse ofício permanece em nossos dias como um meio de obtenção de ganhos através de tradições inventadas e reinventadas. Em muitos casos, o ofício era repassado de avó/mãe para neta/filha, mas, como vimos, isso não é uma regra absoluta. A grande questão consiste em sabermos o seguinte: diante do maior acesso à educação e à profissionalização das mulheres e diante do aumento da evasão escolar dos homens, até que ponto teremos esse sistema de tradição de avó/mãe para neta/filha no ofício de baiana do acarajé e de que forma o ofício pode sofrer um processo de masculinização em decorrência do aumento gradativo de homens no ofício? A resposta a essas questões exige uma pluralidade de variáveis e de análises.

Além desses aspectos acima explicitados, destaca-se outros que ajudam a entender melhor os perfis recorrentes de homens e mulheres envolvidas com o comércio de acarajé: a localização das moradias dos entrevistados parece um dado importante. Observe as tabelas/mapas abaixo:

**Tabela/Mapa 6 – Localização das moradias das entrevistadas**



**Tabela/Mapa 6a – Localização das moradias dos entrevistados**



Como fica evidente nos mapas, as áreas de moradia das baianas e baianos entrevistadas(os) se concentram em regiões marcadamente identificadas como as mais humildes da cidade de Salvador. Tais áreas acabam apresentando uma série de carências sociais, sobretudo no que tange ao acesso aos serviços públicos. Portanto, as baianas e baianos entrevistadas vivem em um universo que, guardando as devidas proporções das suas especificidades, podem ser situadas no “território da pobreza”, e bem longe dos perfis propagandeados e bem-sucedidos das baianas e baianos famosos.

A cidade de Salvador possui múltiplas faces se levarmos em conta a distribuição da renda, o acesso aos serviços privados e públicos, tais como

educação, segurança e transportes de qualidade. Simplificando um pouco as considerações, pode-se dizer que a cidade possui duas faces de uma mesma moeda que convivem, mas se chocam frequentemente, uma vez que temos uma face de alta concentração de renda, situada especialmente nas regiões turísticas, e outra face de pobreza, que se reflete nos territórios onde há uma maior concentração de violência e ausência de políticas públicas etc.

Assim, como aponta Soares, nota-se que:

Na outra face da moeda, os territórios dos herdeiros da pobreza, compreendidos como os espaços pobres e informais da cidade, aqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos em sua maior concentração pelas áreas situadas ao norte (miolo urbano), e ao sudoeste de Salvador (subúrbio ferroviário).<sup>19</sup>

Neste sentido, um dos aspectos relevantes que ajudam a entender melhor o ofício das baianas e baianos de acarajé é a profunda relação dos espaços em que elas e eles comercializam os seus produtos. Não iremos discorrer sobre as redes de solidariedades pessoais, familiares e de vizinhança, pois isso demandaria outras pesquisas qualitativas e quantitativas. Todavia, se levarmos em conta as localidades em que elas moram, percebe-se um claro deslocamento diário desses trabalhadores das suas moradias, localizadas nas regiões mais pobres ou carentes das cidades em direção às áreas mais movimentadas (praças, supermercados, passagens, feiras, proximidades de estabelecimentos públicos e privados etc.) ou em pontos turísticos. Ou melhor, elas e eles se movimentam das áreas mais carentes onde vivem para comercializar o produto em pontos estratégicos da cidade onde a concentração de pessoas e turistas é grande, contribuindo para a venda e o sustento de suas famílias, que, como vimos, são relativamente extensas. Verifica-se que os pontos de vendas de acarajé praticado pelos baianos se localizam em áreas distantes da faixa litorânea, e a região das praias e pontos turísticos são mais visados e controlados pela fiscalização.

---

<sup>19</sup> SOARES, António Mateus de Carvalho. Salvador: Pobreza, Figurações e Territórios. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – DESIGUALDADE, DIFERENÇA E RECONHECIMENTO, 13., 2007, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2007. p. 6.

Assim, apesar de existir casos de baianas e baianos considerados bem-sucedidas(as) em termos econômicos, gozando de prestígio social, sendo donos de verdadeiras empresas, com espaços privilegiados e funcionários numerosos, situadas em localidades turísticas e de classe média, o comércio do acarajé ainda é realizado por mulheres e homens advindos de camadas carentes da sociedade. Pelo menos até certo ponto, é um elemento importante a ser considerado, porque, apesar de existir a influência dos aspectos pessoais, familiares e religiosos na escolha do ofício, dado o contexto de pobreza e falta de oportunidades empregatícias para essas mulheres maduras (casadas, divorciadas ou solteiras), e desses homens também maduros e jovens (casados e solteiros), eles e elas encontraram obstáculos tanto na formação educacional como no reconhecimento enquanto cidadãos.

Um outro aspecto relevante para tratarmos dos perfis móveis das baianas e baianos está ligado ao jogo das relações entre trabalho formal e informal. Como se sabe, há diversas instituições e legislações que admoestam, recomendam, informam ou regulam o ofício e a venda de acarajé. A ABAM, apoiada pelo IPHAN, pela Secretaria Municipal da Ordem Pública (Semop) e a Federação do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab), tem feito continuamente cadastramentos e recadastramentos de seus componentes, visando identificar, dar visibilidade e, até certo ponto, incentivar e legitimar políticas públicas para profissionalizar esses homens e mulheres. Entre instrumentos modernos que se orientam nesse sentido, tem-se a organização da Plataforma Oyá Digital, que contou com financiamento do IPHAN, o apoio de diversas entidades e a participação de antropólogos, etc.



IPHAN, Jornal Correio, 2015

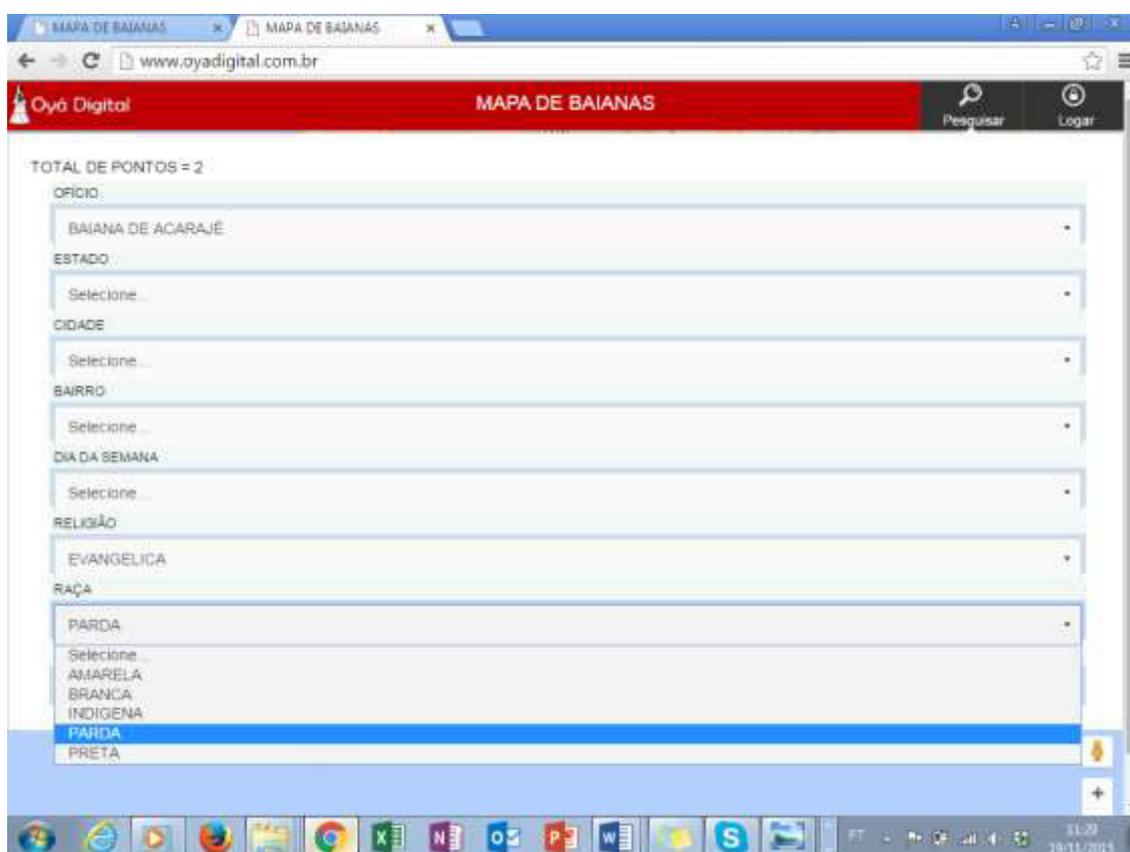
Segundo as informações do IPHAN (1/11/2015), divulgadas no Jornal Correio (31/05/2015),

O nome Plataforma Oyá Digital é **uma homenagem ao orixá patrono do ofício de baiana de acarajé - Oyá ou Iansã**. Além da localização do ponto de venda das baianas (e baianos) em um mapa, a plataforma oferece ferramentas de pesquisa que traçam o perfil socioeconômico e disponibiliza informações que identificam **gênero, cor/raça, idade, afiliação religiosa, grau de escolaridade e até os dias e horários em que colocam o tabuleiro na rua**.<sup>20</sup>

Embora não seja “possível traçar os perfis socioeconômicos completos, já que muitas baianas ainda não disponibilizaram todas as informações”, se sabe que há cerca de 5,2 mil baianos e baianas, entre os quais se computa 240 homens. Segundo os dados da plataforma, entre “116 que até agora declararam sua cor, 69 são pretas, 44 pardas, uma branca, uma amarela e uma indígena - esta última, dona Pilar”, que é uma baiana peruana imigrada para o Brasil (IPHAN e do Jornal Correio). Talvez, a baixa identificação e autoidentificação da “raça” (diríamos melhor, etnia) sejam o resultado não somente da diversidade étnica, como também

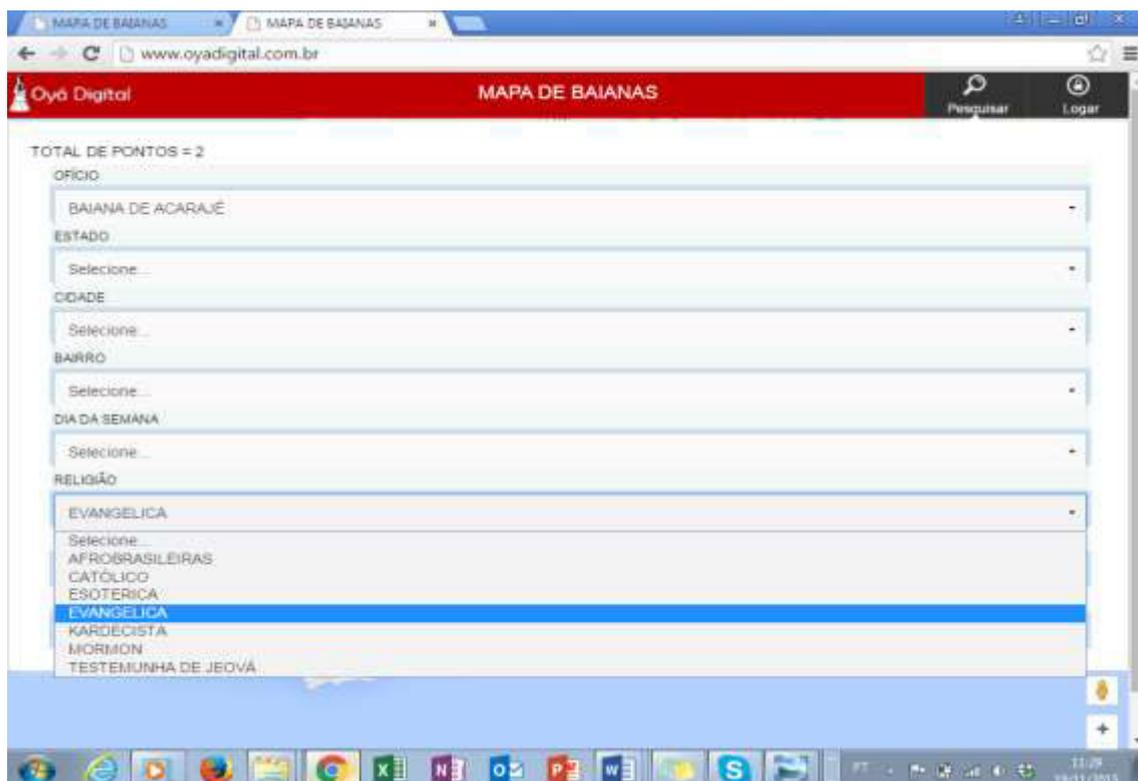
<sup>20</sup> IPHAN. Mapa do acarajé: Plataforma Oyá Digital localiza e traça perfil de 5 mil baianas no Brasil. **IPHAN- BA**. 01. jun. 2015. Disponível em: <<http://iphanba.blogspot.com.es/2015/06/mapa-do-acaraje-plataforma-oya-digital.html>> Acesso em: nov. 2015. Grifos nossos.

em virtude dos preconceitos e estigmas socioculturais que persistem no meio identitário dessas mulheres e homens.



**Plataforma Oyá Digital**

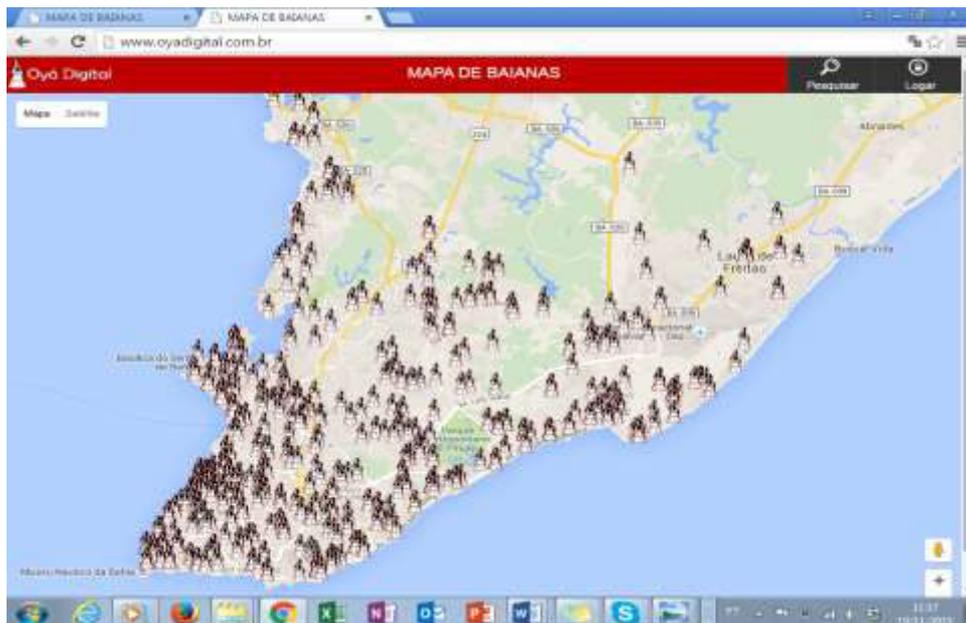
Apesar da Plataforma prever potencialmente a identificação dos perfis religiosos autodeclarados, nem todos os dados estão disponibilizados, mas é possível saber o entendimento da instituição quando ela se refere ao perfil religioso. Há espaço para elencar as afro-brasileiras, as católicas, evangélicas, esotéricas, kardecistas, mórmons e testemunhas de Jeová. Vejamos a imagem a seguir:



**Plataforma Oyá Digital, 2015.**

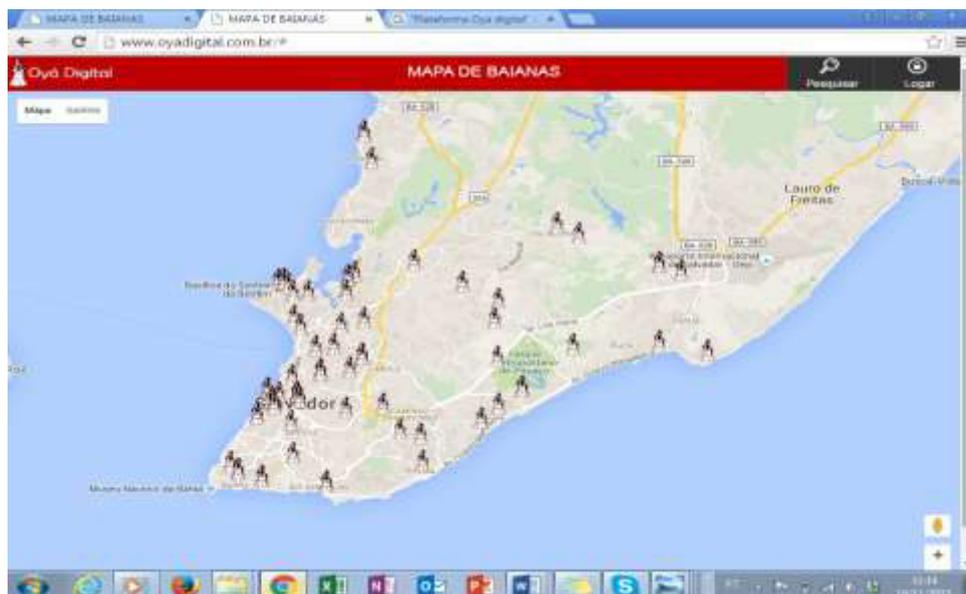
Para o caso de Salvador, foco central de nossa investigação, a presença feminina é numericamente hegemônica. Vejamos os mapas de baianos e baianas de acarajé quando elencamos apenas o critério “sexo” (masculino e feminino). Diga-se de passagem que, apesar de ter sido divulgado no trecho acima o critério de “gênero” como referência para as pesquisas online, é possível que a plataforma ainda esteja orientada por uma confusão entre as categorias gênero e sexo, entre identidade de gênero e identidade sexual. Afinal, em função de critérios heteronormativos e dicotômicos, não há dados disponibilizados, por exemplo, para baianas e baianos que se declarariam como homossexuais, transgêneros etc. Embora seja um instrumento importantíssimo para as futuras pesquisas sobre o tema, é possível que a Plataforma reproduza hoje algumas diretrizes assimétricas e dicotômicas.

## Mapa de Baianas



Plataforma Oyá Digital, 2015.

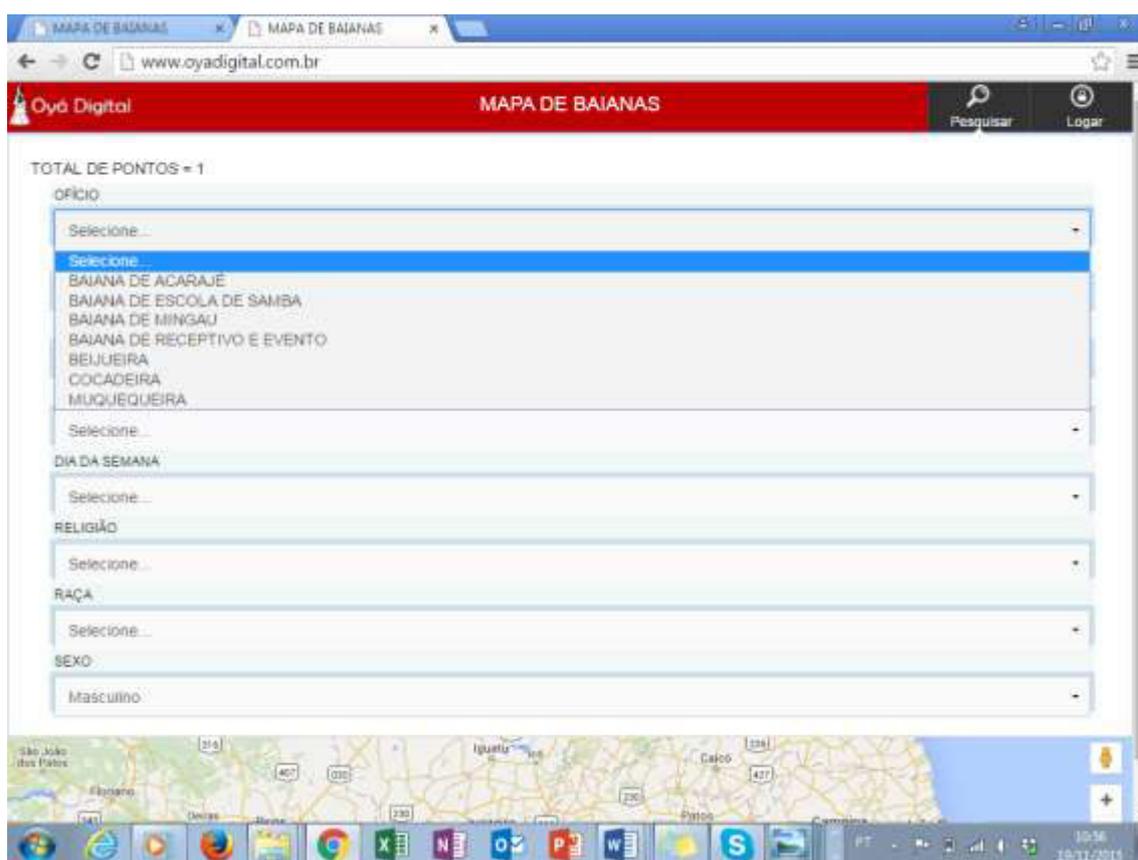
## Mapa dos “Baianos”



Plataforma Oyá Digital, 2015.

Se observamos os dois mapas acima, é possível perceber não somente a já assinalada hegemonia numérica das mulheres ante aos homens, como também suas localizações geográficas. Trata-se daquelas e daqueles baianas e baianos cadastrados e identificados pela Plataforma, não necessariamente com licenças oficiais. Curiosamente, tanto os homens quanto as mulheres são representados

com iconografias femininas. Pelo menos até a finalização de nossas investigações, quando fazemos pesquisas por meio de itens tais como ofício e sexo, as opções que encontramos são as seguintes. Para o caso do ofício, aparecem as opções “baiana de acarajé”, “Baiana de escola de samba”, “Baiana de mingau”, “Baiana de receptivo e evento”, “Beijueira”, “Cocadeira” e “Muquequeira”. Ou seja, ofícios e atividades considerada femininas. Vejamos a Plataforma:



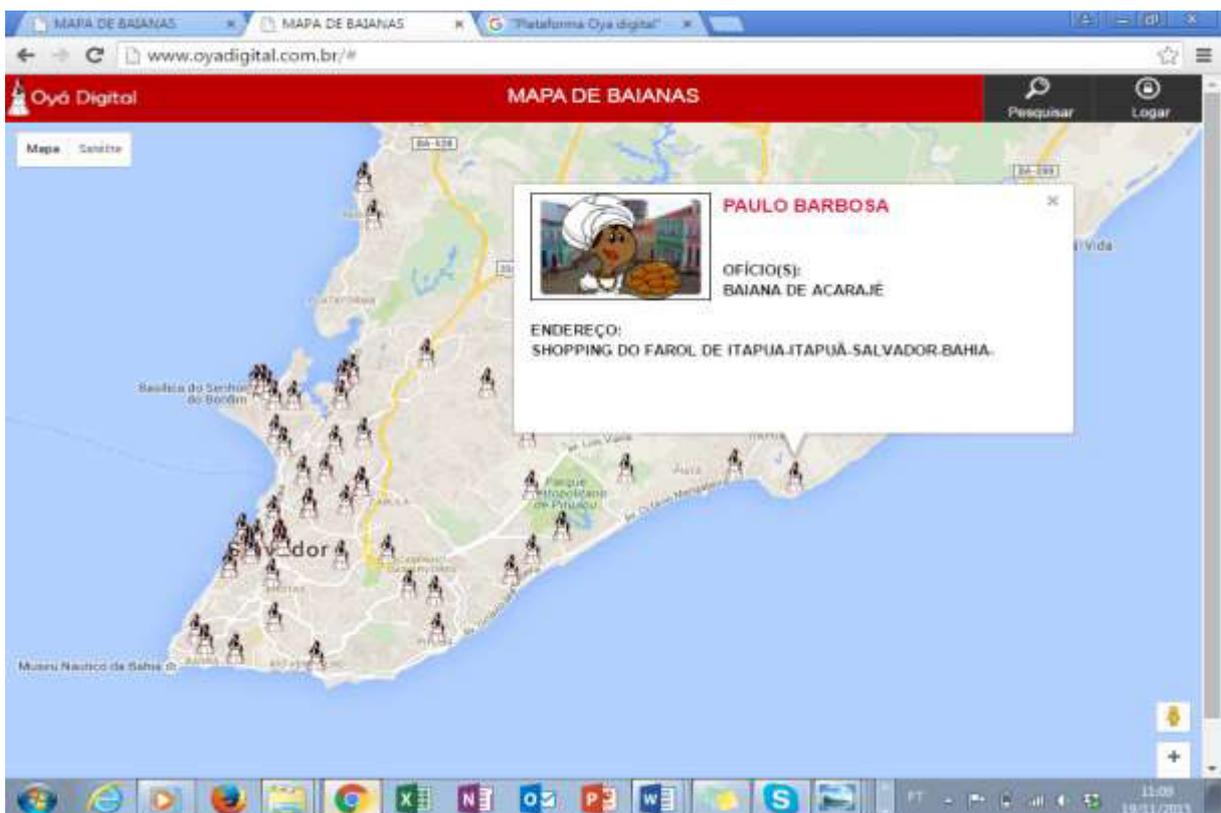
**Plataform Oyá Digital, 2015.**

Seguindo essa mesma linha, quanto elencamos a categoria “sexo” (voltamos a dizer, não há opção para “gênero”), o contingente de baianos é categorizado como “Mapa de baianas” (no feminino). Se ainda enfatizarmos mais as representações iconográficas, vemos elementos ainda mais interessantes. Independentemente dos outros marcadores identifica tórios previstos pela Plataforma, as imagens levam em conta uma representação feminina e afrodescendente. Todas levam uma imagem estilizada de uma baiana vestida com os trajes tradicionais do candomblé e, claro, com o “tabuleiro” ou bandeja de

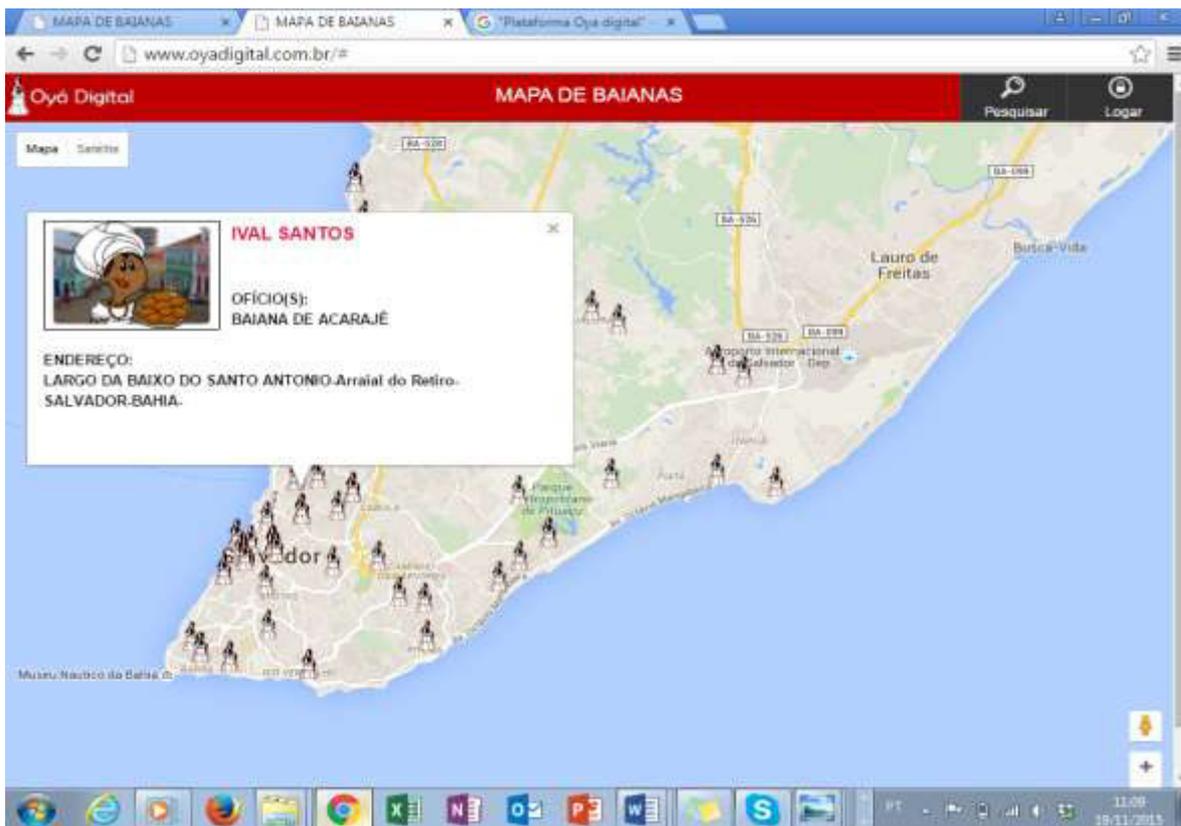
acarajé. Logo atrás, vem uma imagem do Pelourinho, uma das regiões-símbolo de propaganda e afirmação identitária institucionalizada associada à Salvador e à Bahia. Pela excepcionalidade comparativa da questão, vale a pena conferir três exemplos ou os casos de registro dos homens localizados em vários pontos da cidade. Todos levam a imagem acima destacada.



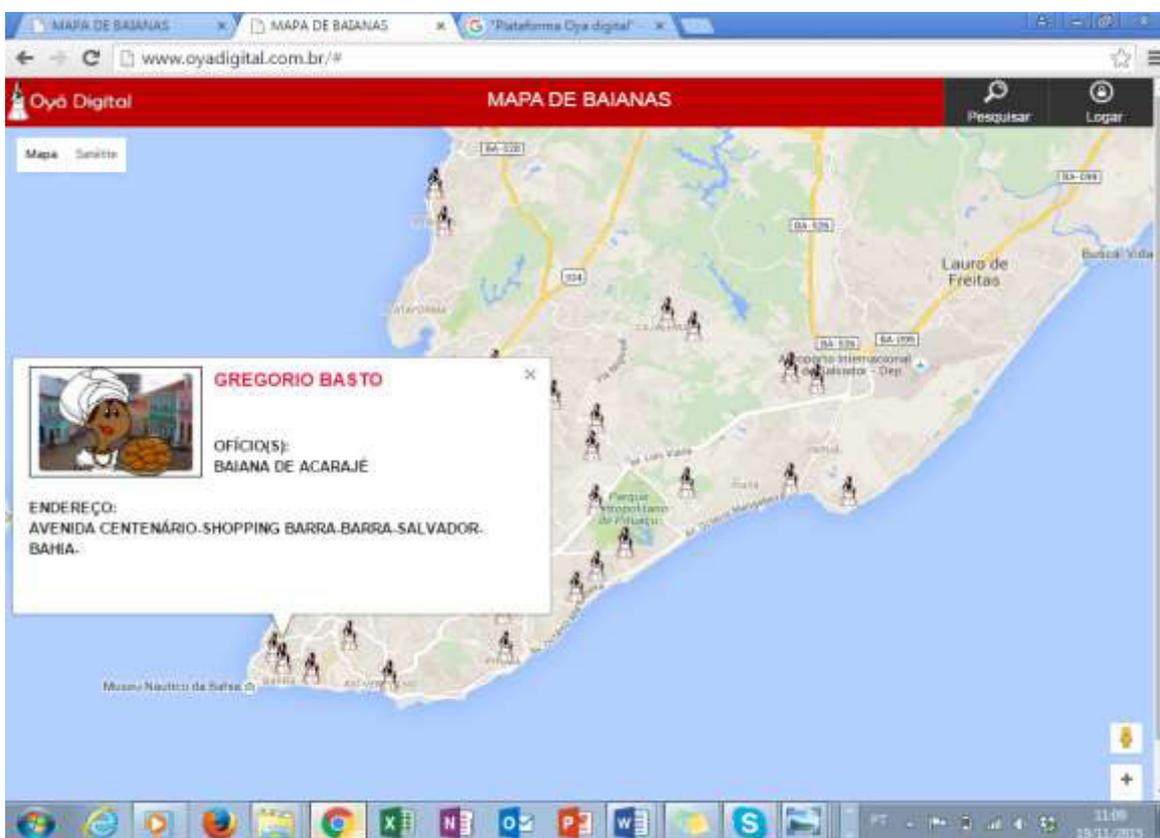
**Plataforma Oyá Digital, 2015.**



**Plataforma Oyá Digital, 2015.**



Plataforma Oya Digital, 2015.



Plataforma Oya Digital, 2015.

As imagens que surgem na Plataforma (nos mapas, nos recursos de busca e identificação geográfica, socioeconômica, étnico-racial, religioso, etc.) são sintomáticas para se entender o imaginário social e institucionalizado que está associado à baiana do acarajé. O que se percebe é que a alta taxa de feminização das baianas alcança tanto referenciais quantitativos quanto qualitativos/valorativos em termos de gênero. Sem dúvida, eles são mencionados, contemplados e associados, iconograficamente, à diretriz valorativa feminina. Ou melhor, há uma feminização do recurso digital. Obviamente, não se trata de uma crítica a invisibilidade masculina, pois o mote da Plataforma é uma caracterização contínua e renovável do ofício de baianas e baianos do acarajé. Mas, ao fazê-lo, é evidente determinadas diretrizes que incluem e excluem, englobam ou não determinados grupos a partir de processos de significação baseados no gênero, entre outros marcadores sócio-antropológicos. Se normalmente as mulheres que são invisibilizadas e “indizibilizadas” (perspectiva acertada das teorias feministas), porque mescladas indistintamente na categoria “homem” e “humanidade”, na Plataforma Oyé Digital são os homens e outros grupos de mulheres que são invisibilizados do ponto de vista imagético. A plataforma tem um papel fundamental para o conhecimento e afirmação de tradições afro-brasileiras, mas, ao enfatizá-las, reproduz o silenciamento iconográfico de outros grupos sociais.

E os dados qualitativos que reunimos? Eles comprovam essa tendência macro no microuniverso. A Tabela 7 e 7a ajudam a perceber também alguns aspectos comuns, mas também específicos entre homens e mulheres.

**Tabela 7 – Baianas associadas à ABAM- Associação das Baianas do Acarajé**



Institucionalizar-se ou não, tornar-se oficial ou não, formalizar as atividades comerciais ou manter-se na informalidade, eis aqui um elemento que identificamos nas pesquisas feitas até agora. O gráfico dos dados coletados demonstra que há uma significativa preocupação das baianas entrevistadas com a oficialização de suas atividades nos órgãos formais ligados ao seu ofício. O mais importante deles é, sem dúvida, a Associação das Baianas de Acarajé. A maior parte das entrevistadas dizem ser de grande importância o seu cadastro e o reconhecimento formal nessa associação, uma vez que cerca de 70% são associadas frente 30% de não associadas. De fato, em um primeiro momento, isso confirma um fenômeno mais geral e tem uma clara importância na formação identitária das mesmas.

Como afirma a pesquisa de Bitar,<sup>21</sup> sobre as baianas da cidade do Rio de Janeiro (só para citar uma geografia diferente da que estamos tratando), o registro do ofício da baiana do acarajé pode servir de demarcação de fronteiras entre as baianas e os vendedores ambulantes em geral, por um lado, e os evangélicos, por outro. Tratar-se-ia de marcas claramente identitárias dessas baianas frente às outras atividades sócioprofissionais e religiosas. Será que essa marcação de fronteira identitária vale para as entrevistadas em nossa pesquisa? Em princípio, pode-se pensar que o cadastramento na referida Associação possuiria um lastro identitário ligado unicamente ao Candomblé, servindo para a reprodução, legitimação e manutenção de ritos, gestos e práticas da vida religiosa afro-brasileira. No entanto, podemos notar que, no caso das baianas entrevistadas, há um universo de baianas autodenominadas de “evangélicas”. Mesmo que menos numerosas e menos admitidas, é bom lembrar que muitas destas também disseram que estavam cadastradas na Associação das Baianas do Acarajé.

O que essa informação sugere? Este aspecto demonstra que a construção do sujeito está pautada não somente na identidade de uma baiana que vincula seus laços afetivos e culturais aos ancestrais, pois eles também são algo situado fora da questão religiosa associada ao Candomblé. Na contemporaneidade, é frequente a associação ou identificação estereotipada das figuras das baianas do Candomblé como uma trabalhadora inerentemente ligada ao ofício. Embora as que se

---

<sup>21</sup> BITAR, Nina Pinheiro. **Baianas de Acarajé**: Comida e Patrimônio no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

autodenominam “sem religião” não sejam necessariamente ateias ou nem deixem de ser religiosas na prática cotidiana, como as evangélicas, a presença de baianas que não pertencem às religiões afro-brasileiras demonstra que o ofício tem sido visto de uma outra forma, sendo interpretado como uma ocupação monetária, e não necessariamente é vista como uma obrigação religiosa.

Não sabemos se se trata de uma “laicização” ou “secularização” de tal ofício. É possível que isso não seja um processo que exclua a dimensão religiosa, porém, embora ele esteja significativamente associado às configurações histórico-sociais das etnias afro-brasileiras, isso não significa que as questões religiosas, isto é, os ritos, palavras e gestos, práticas e representações, estejam inflados absolutamente de sagrado do Candomblé. Não há uma hierofania completa e sem matizações. Inclusive, quando foi perguntado a uma das baianas o que era ser baiana do acarajé, a mesma respondeu que ser baiana do acarajé é “uma profissão como outra qualquer”. É neste aspecto que podemos analisar que a entrevistada cria uma representação da baiana trabalhadora, afastando-se de uma suposta identidade hegemônica ou ao menos hegemonzante correspondente às associações entre religiões afro-brasileiras e o ofício de baiana. Ela exime-se da responsabilidade da carga simbólica que traz o ofício da baiana do acarajé, deslocando, substituindo ou suprimindo o forte vínculo desse ofício com as práticas e representações das religiões afro-brasileiras. É sintomático que ela não faça uma ressignificação absoluta do seu produto. Pelo contrário, ela demonstra que a identidade de baiana, apesar de demonstrar traços comuns, pode vir a fugir do inconsciente coletivo ou do imaginário social, geralmente criador de uma associação naturalizada ou essencializada, supostamente hegemônica, entre Baiana, Acarajé e Candomblé. E os homens? Eis a tabela 7a:

**Tabela 7a – Baianos associadas à ABAM- Associação das Baianas do Acarajé**



Sobre o universo masculino e sua vinculação à ABAM, entre os entrevistados, verifica-se que há um universo de 40% de homens associados e um contingente de 60% não associado. Existem vários fatores que podem contribuir para a não associação dos baianos de Acarajé. Esses dados qualitativos e microscópicos parecem comprovar e exemplificar as informações contidas na Plataforma Oyá Digital. Como vimos na comparação entre mapas de baianos e baianas distribuídos(as) pela cidade de Salvador, identifica-se uma alta concentração de baianos na Cidade Baixa, apesar da existência mais rarefeita nas regiões litorâneas e mais turísticas. A Plataforma identifica um número mais significativo de mulheres especialmente distribuídas por toda a cidade, mas elas estão mais presentes nas regiões turísticas.

Essa situação rarefeita de homens e predominante de mulheres pode decorrer das próprias taxas de feminização quantitativa e qualitativa do ofício, especialmente as que estão ligadas ao imaginário social que o conecta às atividades femininas, afastando-o das masculinas. A própria lógica de funcionamento de registro da ABAM parece reproduzir esse imaginário social. Por exemplo, em nossas investigações, identifica-se que houve muita resistência no reconhecimento e registros de alguns homens relacionados à venda de acarajé. Apesar da sua presença na Plataforma Oyá, alguns deles relataram uma resistência inicial em serem cadastrados na ABAM. Há anos atrás, a própria Associação teria chegado a sugerir que o baiano vendesse outro produto na rua, por exemplo, “cachorro quente”. Essa sugestão seria uma forma de não interferir no ofício “controlado” ou associado às mulheres. Há outros relatos que merecem ser expostos a título de

reflexão. Não se trata de uma crítica aos procedimentos da ABAM, mas sim da história de vida de alguns dos entrevistados que mencionaram tal situação. Quando um dos entrevistados foi perguntado o porquê não se associou à ABAM, disse que ele e a mulher, que trabalham juntos como baianas(os) de acarajé, ao chegarem à Associação, terminaram por ter somente a mulher cadastrada oficialmente. Segundo o relato deles, disseram-no que somente seria necessário registrar uma pessoa do casal, sendo que a esposa fora a escolhida. Essas ações podem ocultar um universo maior de homens no ofício e ao mesmo tempo um obstáculo no reconhecimento dos baianos de acarajé pela própria Associação. Há um ponto a ser destacado: foi enviado um e-mail à ABAM com a finalidade de esclarecer dúvidas sobre os procedimentos de cadastramentos e com a finalidade de verificar se as falas dos discursos acima coincidem com o discurso da ABAM.

Bom dia, gostaria de saber o que é necessário para o cadastro como baiano de acarajé. Quais os documentos que eu deveria levar. No caso de minha mulher ser baiana também, como teríamos que fazer, dois cadastros ou um só? Somente eu poderia fazer o cadastro ou ela também teria que fazer? Obrigado pela atenção aguardo uma resposta por parte da ABAM.<sup>22</sup>

Embora alguns entrevistados afirmassem a dificuldade para se cadastrar na ABAM, o e-mail-resposta da ABAM, respondido no mesmo dia, nos mostra um discurso mais equilibrado sobre as relações de gênero. Abaixo transcrição da resposta:

Boa tarde, Se os dois trabalham como baiana e baiana faz-se dois cadastro (sic.), agora na SEMOP se for no mesmo ponto só vai poder fazer o cadastro na SEMOP, na ABAM os dois pode(sic) fazer. RG CPF COMP RESIDENCIA 2 FOTOS 3x4 bata e torço home (sic) bata e fila.<sup>23</sup>

Mais significativo, porém, é a afirmação de uma certa identidade feminina atribuída ao ofício que se quer institucionalizada. Mas parece que essa postura tem se alterado, pois, através de algumas reportagens, a vice-presidente da ABAM, nos informa sobre a presença de baianos no ofício, confirmando a necessidade da

---

<sup>22</sup> E-mail enviado para a ABAM com a finalidade de fornecimento de dúvidas e documentos necessários para cadastramento.

<sup>23</sup> E-mail respondido pela ABAM em respostas às perguntas sobre cadastramentos de homens e mulheres.

ABAM a se adaptar às mudanças que o ofício tem sofrido nos últimos anos, obviamente sem perder os referenciais de valorização propagandística das tradições afro-brasileiras. Conforme aponta a reportagem abaixo:

Uma das principais novidades no tabuleiro das baianas foi a presença do homem, **substituindo a tradicional figura matriarcal da mulher**, que juntamente com os costumes africanos foram trazidos pelos escravos para o Brasil. “Na Bahia temos mais de 3 000 baianas registradas na Associação ‘ABAM’, sendo que destes números quase 30% já são homens – baianos, além dos evangélicos. **Dos baianos temos figuras antigas e importantes, como é o caso dos irmãos Gregório, Cuca e o Valua que tem um tabuleiro na Ribeira, estes foram os primeiros**”. Define Rita Santos, vice-presidente da Associação.<sup>24</sup>

Entre as figuras antigas citadas pela vice-presidente, tivemos a oportunidade de conversarmos com o baiano de acarajé Gregório e o mesmo relatou que o processo de reconhecimento e registro não foi fácil na época inicial da sua atividade há muitos anos atrás. Mas ele relata que hoje o acesso ao registro dos homens é mais fácil. Ele ressaltou que foi um dos primeiros baianos de acarajé reconhecidos pela Associação, trabalhando no ramo há muitos anos. Abaixo parte da entrevista cedida por Gregório do Acarajé.

**O senhor encontra alguma dificuldade para comercializar o acarajé por ser homem?** Dificuldade, não! Quando eu comecei, teve uma certa dificuldade porque eu fui o primeiro homem a vender acarajé, então quando eu comecei teve um empasse com o pessoal da Associação das Baianas, até cliente mesmo falava: Porra, eu vou comer acarajé porra nenhuma de homem fazendo rapaz. Porque tinha aquela tradição de baiana, porque a profissão de baiana de acarajé era uma profissão exclusivamente feminina e quando eu entrei na jogada deixou de ser mas foi um impacto para o pessoal que via a baiana vê um homem sentado vendendo acarajé. Só que eu já tinha prática disso porque já trabalhava com minha mãe mas hoje, hoje não. O pessoal trabalha mais com a qualidade independente de quem esteja fazendo o acarajé. Claro que não vai botar uma pessoa mal apresentada também para servir o acarajé. Eu acho que as roupas tem que ser tradicionais de baianas de acarajé e para baiano de acarajé, seria uma bata um filão e uma bombacha. Eu trabalho com a bata um bombacho (sic) e um filá. Filá é um chapéu africano.

---

<sup>24</sup> REIS, Marcelo. **Acarajé Quitute Nacional**. Entre imagens e textos. Salvador. Bahia. Brasil. Disponível em: <<https://renatomarcelo.wordpress.com/bio/meus-textos-criticos/acaraje-quitute-nacional/>>. Acesso em: out. 2015. p. 1.

**Já sofreu discriminação por vender acarajé?** (Risos), há muito tempo atrás como do cliente olhar e dizer que não ia comer o acarajé porque era homem que fazia. A associação mesmo na época disse que não era para homem vender acarajé, se eu quisesse vender, que eu fosse vender cachorro quente ou churrasquinho. Isso naquela época.

As mesmas transformações nas associações entre mulheres, baianas e ofício de acarajé também é relatado por outro baiano do acarajé. No documentário já citado, o Axé do Acarajé, a excepcionalidade anterior e as mudanças recentes são também evidentes. Segundo o baiano do acarajé, Cuca, além das resistências religiosas, havia resistência de uma cultura do gosto associado ao feminino. Podemos identificar essas resistências como “genderizadas”. Ele relata sua experiência, colocando-a em uma relação de simetria e relativa horizontalidade que teriam substituído uma espécie de assimetria entre homens e mulheres. Ao lado da uma mulher, também vestida com os trajes típicos, afro-brasileiros, assim ele coloca a questão:

Eu enfrentei, tanto do Candombré [sic] como da natureza, como no tabuleiro também, os fregueses, alguns achava [sic] difícil a comer um acarajé de um homem, mas foram se acostumando, dizendo que meu tempero era tão bom quanto os das mulheres.<sup>25</sup>

Esse jogo de relativa simetria e assimetria é frequentemente admitido tanto para mulheres quanto para homens, tanto no discurso escrito quanto imagético. O próprio IPHAN também relata isso na mesma reportagem jornalista de propaganda da Plataforma Oyá Digital já citada:

Os melhores bolinhos de feijão fradinho fritos no dendê podem ser encontrados em muitas esquinas, alguns conhecidos como “o melhor acarajé da Bahia”. Que tal ir ali na Avenida Sete, na esquina com a Politeama? Angela Maria Santos, 57 anos, a Neinha, uma baiana católica que se declara negra e mora em Santa Mônica, faz questão de não contar quantos acarajés vende por dia. “Nunca contei”, disse ela enquanto uma cliente emenda. “É o melhor acarajé da Bahia”.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> **AXÉ do acarajé.** Documentário. 2005 Fundação Palmares. Disponível em: <[http://www.dailymotion.com/video/x83gqy\\_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/x83gqy_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos_shortfilms)> Acesso em: jun. 2015. Acesso em: set. 2015.

<sup>26</sup> IPHAN. **Mapa do acarajé: Plataforma Oyá Digital localiza e traça perfil de 5 mil baianas no Brasil.** IPHAN- BA. 01. jun. 2015. Disponível em: <<http://iphanba.blogspot.com.es/2015/06/mapa-do-acaraje-plataforma-oya-digital.html>> Acesso em: nov. 2015.

Acarajés preparados por homens também fazem muita gente salivar só de sentir o cheiro. A iguaria produzida por Luiz Conceição, 54, o Luiz da Mouraria, faz sucesso, mas só em dias úteis. De segunda a sexta-feira, ele vende quase 400 quitutes (diariamente), todos crocantes por fora e macios por dentro. Luiz cobra a bagatela de R\$ 2,50 pelo bolinho. “Ganho na quantidade. Quero que o assalariado conheça meu produto”, explicou ele, antes de, da mesma forma, ouvir de um cliente: “é o melhor acarajé da Bahia”. Bom, se for mesmo o melhor da Bahia, certamente é o melhor do mundo.<sup>27</sup>

Numa relação de 2 mulheres para 1 homem, a imagem abaixo, também divulgada na mesma reportagem, é reveladora na propaganda identitária afro-brasileira quando dos traços masculinos e femininos das vestimentas de baianos e baianas do acarajé:



Iphan Mapa, 2015.<sup>28</sup>

Sem dúvida, a presença dos homens no ofício de venda de acarajé começa recentemente a trazer um novo contorno na construção da identidade desse ofício. No momento em que a ABAM e outras entidades passam a reconhecer os homens, legitimando-os dentro deste universo, visualiza-se num futuro próximo um novo perfil de gênero no ofício de venda de acarajé, às vezes não tão simétricos como apontou o baiano Cuca do Acarajé. Em um estudo recente, Carlos Alberto Dória<sup>29</sup> analisa em seu trabalho a perda do controle da cozinha pelas mulheres no início da industrialização. As cozinhas industriais passam a ser controladas pelos homens, ficando as mulheres relegadas à cozinha doméstica. Em seu trabalho, é possível

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> DORIA, Alberto Dória. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, jul.-dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mai. 2015.

identificar os discursos dos “grandes” chefes cozinheiros. Segundo o autor, o grande chefe de cozinha Auguste Escoffier vai marcar a mudança do estilo de cozinhar que se deslocará de um caráter feminino para um masculino. Auguste Escoffier chegou a realizar uma clara demarcação no universo da cozinha doméstica e industrial através de uma visão androcêntrica, como fica evidentemente caracterizado no trecho abaixo.:

Nas tarefas domésticas é muito difícil encontrarmos um homem se igualando ou excedendo uma mulher; mas cozinhar transcende um mero afazer doméstico, trata-se, como eu disse antes, de uma arte superior. A razão pela qual na culinária os louros são “apenas masculinos” não é difícil de encontrar.<sup>30</sup>

Para Dória,<sup>31</sup> isso significou uma nova forma dos homens atuarem neste universo da cozinha considerado feminino. Os homens passam a ser vistos como grandes cozinheiros e a história da gastronomia é contada pelo viés masculino dos grandes chefes de cozinha, relegando as mulheres às cozinhas das casas e não dos grandes restaurantes e escolas. Por vezes, há a justificativa de que homens seriam melhores cozinheiros que as mulheres, pautando-se em questões androcêntricas e discriminatórias sobre a capacidade do acesso de mulheres à profissionalização do ofício de cozinheira.

Essa atitude pode ter contribuído para a masculinização da cozinha profissional. Ao tratar sobre as cozinhas das mães e das avós, a questão que aí vemos direciona-se para um discurso de resgate na dimensão cultural do feminino na cozinha como se estes dois universos fossem separados por gênero. O homem na esfera pública dos restaurantes e escolas profissionais e as mulheres ao universo privado da cozinha da casa ou a sua extensão nas ruas. Uma inclusão do privado no público. Ainda há aspectos que precisam ser melhor investigados. Por exemplo, até que ponto a presença masculina no ofício de venda de acarajé e das publicidades feitas pelos meios de comunicação, muitas vezes apresentando os baianos como empreendedores, modificam ou não o imaginário social sobre uma

---

<sup>30</sup> ESCOFFIER, 1895 *apud* DORIA, Alberto Dória. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu** Campinas, n. 39, jul.-dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mai. 2015. p. 261.

<sup>31</sup> DORIA, A. D. Op. Cit.

possível masculinização do ofício? Até que ponto isso viabiliza para um deslocamento do sujeito e da própria identidade das baianas do acarajé?

### **Considerações Finais**

Ao longo do texto, enfatizamos diversos aspectos dos dados e relatos apresentados pelas das entrevistas de baianos e baianas de acarajé na cidade de Salvador. Através de suas falas e discurso, foi possível traçar um panorama reflexivo sobre as identidades, construções, as (re)significações e relações de gênero presentes no ofício de venda de acarajé. Tratou-se de perfis distintos, complexos e dinâmicos. Embora a tradição do ofício, como observou-se, possui uma herança que vem das mulheres comerciantes de comidas e quitutes do período colonial, presença de novos sujeitos e novas representações acaba criando um novo cenário de múltiplas trocas, representações e significações, tanto do ofício como do produto.

As construções e (re)significações identitárias dos sujeitos contribuem, de certa forma, na da construção do seu “ethos”. A partir das suas práticas sociais e religiosas dentro de um contexto social, pode contribuir para repensar a dinâmica social e cultural presentes no ofício. As transformações tanto sociais como culturais, que vem ocorrendo dentro dos ofícios de baianas e baianos de acarajé, contribuem para o questionamento de como essas identidades e construções que interagem dentro desta dinâmica e de sua relação com o gênero. A partir de uma análise pautada no gênero, observou-se observar que o ofício decorre de uma herança cultural presente no universo feminino. A partir desses elementos, o ofício representa e reflete um deslocamento tanto nas relações de gêneros quanto nas relações sociais e religiosas.

Verificar como essas diretrizes de gênero se inter-relacionam com os outros aspectos sócio-antropológicos foi o principal recorte dado ao trabalho que proporcionou uma leitura diferenciada dos processos e construções identitárias. A presença dos homens em um ofício marcadamente pertencente ao universo feminino acaba criando certas tensões em seu processo de visibilidade e legitimação do ofício. Vê-se que essas tensões são tensionadas, acentuadas,

amenizadas, mitigadas e ou atenuadas de acordo com o contexto social e econômico em que se encontram.

Por meio deste artigo, constatou-se que, dentro do universo pesquisado, há um movimento diferenciado e desproporcional dos gêneros no ofício. A presença feminina é praticamente dominante, entretanto, a presença masculina começa a apresentar um novo perfil na representação e identidade do ofício. A presença masculina no ofício de venda de acarajé pode nos levar a repensar as construções identitárias “cristalizadas” no ofício. Neste aspecto, percebe-se que o ofício é atravessado pelas relações de gênero que constroem identidades ora pautadas nas representações da tradição e da religiosidade, ora, em outros momentos, através de construções baseadas em distintos referenciais que também podem contribuir, de alguma maneira, na construção e legitimação dos homens dentro do ofício. Neste ponto, o ofício, que é atravessado pelas relações de gênero, acaba encontrando novas e várias configurações que atuam em conjunto e que acabam se manifestando de formas distintas às construções identitárias pautadas na tradição e nas práticas da religiões afro-brasileiras.

Por meio de visão metodológica de gênero, um outro movimento percebido na pesquisa direciona-se para a presença de homens e mulheres jovens dentro do ofício. Nota-se que há uma variação quantitativa da presença desses sujeitos na faixa etária de 20 a 30 anos. No universo pesquisado, vemos que há uma diminuição da presença de mulheres jovens e o aumento de homens jovens. Vários fatores poderiam contribuir para o fenômeno do universo pesquisado. A presença maior de mulheres nas escolas e as características marcadamente masculinas da evasão escolar etc. podem servir de justificativa para o universo representando e, ao mesmo tempo, para refletir sobre a necessidade de compreender as construções de masculinidades e feminilidades dentro da própria família e na própria escola. O questionamento que acaba permanecendo é: em que medida a presença dos homens nos últimos anos começa a apontar para uma masculinização do ofício e de que formas essas novas representações terminam interferindo nas construções identitárias tradicionais? Em se tratando das outras faixas etárias, depois dos 30 anos, tanto os homens quanto as mulheres possuem baixa escolaridade. Essas características presentes dentro da relação de gênero poderiam contribuir para o

deslocamento desses grupos para o universo do trabalho informal ou autônomo. Esse fato decorrente de um mercado laboral excludente e mais exigente nos quesitos educação e qualificação profissional.

A localização espacial das moradias, tanto dos baianos quanto baianas, juntamente com as justificativas da escolha do ofício, reforçam que esse universo além de ser representado por sujeitos que professam distintas religiões, as suas condições sociais e localizações espaciais acabam fundamentando os motivos da escolha do ofício pautado em bases econômicas, ultrapassando o discurso da tradição e cultura religiosa. O ofício é marcado como o único meio de subsistência desses homens e mulheres, salvo as raras exceções.

A relação do espaço como representação religiosa e do ofício pode ser visto pelas baianas e baianos como pertencentes ao candomblé, como espaços de transposição do sagrado para o profano. A sua delimitação, algumas vezes, é praticamente imperceptível. Observa-se que ocorre uma criação frequente dentro do espaço público de um espaço sagrado, não significando uma sacralização total e absoluta dos mesmos. Por meio deste exemplo, vê-se que as diferentes identidades presentes no ofício acabam criando as suas próprias representações e significados dentro do espaço e comércio do acarajé.

Em se tratando da presença masculina dentro do ofício, verifica-se um discurso justificado pela hereditariedade familiar. O ofício de venda de acarajé, a todo momento, pontua, sinaliza, reforça e demarca seu espaço como sendo pertencente do universo feminino e legitimado por uma herança matrilinear. No entanto, neste campo, o gênero atravessa e é atravessado por construções associadas à marcadores identitários como veremos abaixo.

A presença das diferentes denominações religiosas dentro de um ofício, visto como pertencente ao universo sociocultural das religiões afro-brasileiras, pode interferir na hegemonia identitárias no ofício e ao mesmo tempo forçar novas formas de construções e representações fora de uma lógica tradicional. As distintas religiões presentes no universo das baianas e baianos de acarajé está contribuindo, de uma certa maneira, para um complexo processo de deslocamento sócio-religioso, aumentando ainda mais as tensões existentes entre os baianos e baianas de acarajé das religiões afro-brasileiras e as baianas de outras

denominações religiosas, mais especificamente os(as) evangélicos(as). Os diversos discursos religiosos, que procuram se consolidar ou se deslocar em decorrência da associação do ofício as regiões afro-brasileiras, juntamente com a presença dos diferentes gêneros, acabam servindo de demarcadores sociais, religiosos e econômicos. O ofício é marcado ou associado à figura feminina. A presença dos homens neste universo, sobretudo quando associada ao universo religioso do candomblé, deleva alguns preconceitos sobre a sua presença no ofício. O preconceito de gênero no ofício talvez seja umas das variáveis que podem servir de obstáculo e dificultar uma construção de identidade dos homens no ofício de baiano de acarajé.

As distintas construções dos sujeitos, algumas vezes, pautam-se em construções de identidades móveis. Estas, por vezes, se completam e, em alguns outros momentos, são conflitantes e contraditórias. A título de ilustração, a presença de um pastor evangélico vendendo acarajé demonstra a ideia da construção de várias identidades em um sujeito que muitas vezes podem ser conflitantes no olhar de quem esteja acostumado a significar esse ofício como algo feminino e associados exclusivamente às religiões afro-brasileiras.

Deslocando o discurso para o universo familiar dos baianos e baianas de acarajé, mais especificamente as relações civis dos entrevistados e de seus gêneros, nota-se uma distinta caracterização em relação aos estados civis das mulheres e dos homens. Há uma denominação do seu status por parte das mulheres que, de alguma maneira, pode contribuir de forma marcante no planejamento e sustento familiar. O ofício cria uma relativa autonomia dessas mulheres dentro do universo familiar. A questão que ainda permanece sem resposta nesse quesito é saber se as fraturas dos estados civil dessas mulheres redundam em maior ou menor conquista, manutenção e legitimação da autoridade feminina. Já no caso dos homens, embora o contingente seja proporcionalmente menor, o universo masculino se apresenta menos fraturado que o universo feminino. Em relação ao universo feminino, mesmo quando a figura masculina está ausente na vida dessas mulheres, o imaginário identitário pauta-se em um referencial matrimonial e heteronormativo igualmente fundado em um ideal que associa os homens ao papel de sustentáculo material da família.

Ainda relacionado aos aspectos civis dos baianos e baianas de acarajé, a presença da família numerosa acaba, de certa forma, apresentando o universo de pessoas que estão por detrás do ofício e que participam e ao mesmo tempo dependem do comércio da venda de acarajé para suprir suas necessidades socioeconômicas. Esses aspectos acabam apresentando, de certa forma, projetos, expectativas, práticas e valores sociais e culturais coadunados com pautas e motivações inseparavelmente mercadológica e profissionais. Observa-se que o comércio de acarajé é praticamente o único meio de subsistência tanto para o baiano como para a baiana.

O tema do acarajé como meio de subsistência, comparando-se como as áreas de moradias dos baianos e baianas entrevistadas, que se concentram em áreas marcadamente identificadas como mais humildes da cidade de Salvador, apontam para os referências e perfis socioeconômicos particulares desse ofício. O perfil econômico e de localidade demonstram obstáculos tanto na formação educacional como no reconhecimento enquanto cidadãos.

As questões dos perfis móveis das baianas e baianos de acarajé também se relaciona com a dinâmica da formalidade e informalidade do ofício. A ABAM, apoiada por outros órgãos preocupados com a manutenção e preservação das práticas culturais afro-brasileiras, tem realizado continuamente cadastramentos e recadastramentos com a finalidade de uma maior visibilidade do ofício e das identidades desses homens e mulheres como o intuito de incentivar e legitimar políticas públicas para a profissionalização das baianas e baianos. A implantação da Plataforma Oyá Digital pode ser considerada um marco que proporcionará conhecer um pouco mais esse universo das baianas e baianos, especialmente através da sua página digital, onde poder-se-á verificar os perfis de cada baiano e baiana de acarajé. Na plataforma, encontram-se dados sobre religião, localização dos tabuleiros, sexo, raça. Há muito por fazer para uma melhor dinamização da plataforma, inclusive uma atualização tanto no registro como na divulgação dos dados através de uma leitura pautada na relação de gênero através de sua “(des)feminização” do recurso digital, isto é, uma feminização que não apaque outros grupos de mulheres e homens. A própria plataforma inclui e exclui, englobando ou não determinados grupos a partir de processo de significação

baseados no gênero, entre outros marcadores sócio-antropológicos. A plataforma, ao ter um papel fundamental de reconhecimento e afirmação das tradições afro-brasileiras em políticas afirmativas, acaba voluntaria ou involuntariamente silenciando certos sujeitos através da iconografia de grupos sociais.

Se analisando a institucionalização do ofício e da sua formalização e controle por meio de seu cadastramento na ABAM, este pode ser visto como uma forma de demarcação de fronteira entre as suas identidades de baianas e os vendedores ambulantes. Dentro desse universo composto por baianas e baianos, que não pertencem ao candomblé e sim de outras religiões, a exemplo dos evangélicos, vê-se o cadastramento do ofício como instrumento de legitimação do seu ofício afastado e dissociado do universo afro-religioso. No caso dos homens, a sua presença no ofício começa a trazer um novo contorno para as construções identitárias preexistentes. Alguns baianos apontaram para a dificuldade de se cadastrar no início de seu ofício e da resistência, de certo modo, da ABAM em reconhecê-los como tal. Hoje em dia, alguns deles afirmam que ficou mais fácil e acessível o cadastramento. Devido à feminização do ofício, esse contingente masculino cadastrado na ABAM pode acabar mascarando ou ocultando um universo muito maior de homens trabalhando como baianos de acarajé.

Enfim, levanto tudo isso em conta, percebe-se que o ofício de venda de acarajé e seu universo simbólico são compostos por múltiplas e móveis caracterizações identitárias que incluem, englobam, mas ultrapassam as visões estereotipadas sobre as baianas tradicionais. As diretrizes de gênero presentes no ofício atuam aqui e ali de formas variadas, constituindo ou não, atravessando ou não, os marcadores das tabelas representadas, mas, inegavelmente, elas tocam eventualmente em marcadores sociais tais como a idade, religião, estado civil, moradia, parentesco, filiação, etc. Definitivamente, elas não estão isoladas.

### **Referências bibliográficas**

**AXÉ do acarajé.** Documentário. 2005 Fundação Palmares. Disponível em: <[http://www.dailymotion.com/video/x83gqy\\_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/x83gqy_axe-do-acaraje-versao-de-15-minutos_shortfilms)> Acesso em: jun. 2015. Acesso em: set. 2015.

BIRMAN, Patrícia. Relações de Gênero, Possessão e Sexualidade. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, v.1. n. 2. 1991.

BITAR, Nina Pinheiro. **Baianas de Acarajé: Comida e Patrimônio no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. A prendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Tese**, Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, jan./jul. 2005.

BRITTO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out/dez. 2005

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Cristiano M. Mercado; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CARVALHO, Maria Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jun. 2003.

DORIA, Alberto Dória. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, n. 39, jul.-dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mai. 2015.

FONSECA, Alexandre Brasil. Nova Era evangélica, Confissão Positiva e o crescimento dos sem-religião. **Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 63-90, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/com-menos-filhos.html>>. Acesso em: jun. 2013.

IPHAN- Instituto Patrimônio Artístico Nacional. **O ofício das Baianas de Acarajé**. Dossiê IPHAN 6. Brasília DF: IPHAN, 2007.

\_\_\_\_. **Mapa do acarajé: Plataforma Oyá Digital localiza e traça perfil de 5 mil baianas no Brasil**. IPHAN- BA. 01. jun. 2015. Disponível em: <<http://iphanba.blogspot.com.es/2015/06/mapa-do-acaraje-plataforma-oya-digital.html>> Acesso em: nov. 2015.

PLATAFORMA Oyá Digital. **Mapa de baianas**. Disponível em:

<[www.oyadigital.com.br/](http://www.oyadigital.com.br/)>. Acesso em: out. 2015.

REIS, Marcelo. **Acarajé Quitute Nacional**. Entre imagens e textos. Salvador. Bahia. Brasil. Disponível em: <<https://renatomarcelo.wordpress.com/bio/meus-textos-criticos/acaraje-quitute-nacional/>>. Acesso em: out. 2015.

SOARES, António Mateus de Carvalho. Salvador: Pobreza, Figurações e Territórios. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – DESIGUALDADE, DIFERENÇA E RECONHECIMENTO, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:  
Rua Osmar Macedo, n. 151, Praia Do Flamengo  
Salvador Bahia. CEP: 041603-275. Brasil